

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	17
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	116
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.421.032.479
Preferenciais	0
Total	2.421.032.479
Em Tesouraria	
Ordinárias	625.404
Preferenciais	0
Total	625.404
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	22.991.187	23.133.188
1.01	Ativo Circulante	101.086	677.929
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.706	762
1.01.02	Aplicações Financeiras	377	12.167
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	377	12.167
1.01.03	Contas a Receber	520	1.844
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	520	1.844
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.500	28.383
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.500	28.383
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.709	2.729
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.274	632.044
1.01.08.03	Outros	41.274	632.044
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	597.550
1.01.08.03.02	Outros ativos	41.274	34.494
1.02	Ativo Não Circulante	22.890.101	22.455.259
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.237	88.077
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.276	1.028
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	78.961	87.049
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	78.961	87.049
1.02.02	Investimentos	22.652.308	22.209.626
1.02.02.01	Participações Societárias	22.652.308	22.209.626
1.02.04	Intangível	157.556	157.556
1.02.04.01	Intangíveis	157.556	157.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	22.991.187	23.133.188
2.01	Passivo Circulante	64.499	624.194
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.394	898
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.394	898
2.01.02	Fornecedores	3.538	6.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.871	6.624
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	667	363
2.01.03	Obrigações Fiscais	684	26.346
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	91	25.821
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	91	25.821
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	593	525
2.01.03.03.01	ISS a Pagar	593	525
2.01.05	Outras Obrigações	58.883	589.963
2.01.05.02	Outros	58.883	589.963
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.741	577.837
2.01.05.02.04	Outros Passivos	12.142	12.126
2.02	Passivo Não Circulante	78.934	77.176
2.02.02	Outras Obrigações	29.752	29.753
2.02.02.02	Outros	29.752	29.753
2.02.02.02.03	Outros Passivos	29.752	29.753
2.02.04	Provisões	49.182	47.423
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.182	47.423
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.745	2.678
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	46.437	44.745
2.03	Patrimônio Líquido	22.847.754	22.431.818
2.03.01	Capital Social Realizado	11.510.311	9.866.298
2.03.02	Reservas de Capital	401.252	407.446
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.04	Opções Outorgadas	30.203	30.090
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.511	-3.204
2.03.04	Reservas de Lucros	10.515.149	12.159.162
2.03.04.01	Reserva Legal	1.010.090	1.010.090
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.612.019	1.612.019
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.893.040	9.537.053
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	422.130	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.088	-1.088

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	262.034	427.152	2.027.923	2.186.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.778	-13.255	-7.453	-16.546
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-787	-65	-529	-46.503
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	267.599	440.472	2.035.905	2.249.626
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	262.034	427.152	2.027.923	2.186.577
3.06	Resultado Financeiro	-1.744	-5.022	-5.823	-47.689
3.06.01	Receitas Financeiras	347	2.866	64	856
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.091	-7.888	-5.887	-48.545
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	260.290	422.130	2.022.100	2.138.888
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	3.246
3.08.01	Corrente	0	0	0	3.246
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10752	0,17438	0,8353	0,8849
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10751	0,17437	0,8352	0,8847

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
4.03	Resultado Abrangente do Período	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	591.492	335.607
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.216	-11.345
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CSSL	422.130	2.138.888
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-440.472	-2.249.626
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e administrativos	10.776	53.323
6.01.01.05	Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos	3.748	46.932
6.01.01.07	Opções de compra de ações	-1.324	-862
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	1.926	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	594.708	346.952
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	-117	27.791
6.01.02.02	Dividendos recebidos	597.550	362.436
6.01.02.03	Depósitos judiciais	10.275	23.836
6.01.02.04	Outros ativos	-6.781	8.377
6.01.02.05	Obrigações trabalhistas	496	-2.630
6.01.02.06	Fornecedores	-3.572	-8.130
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	11.473	-16.048
6.01.02.08	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-14.951	-54.861
6.01.02.09	Despesas antecipadas	772	830
6.01.02.11	Contas a receber de clientes	1.324	115
6.01.02.12	Outros passivos	-1.761	5.236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.790	6.257
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	11.790	6.257
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-575.338	-341.939
6.03.01	Dividendos pagos	-568.258	-342.984
6.03.02	Alienação das ações em tesouraria	-7.080	1.045
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.944	-75
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	762	167
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.706	92

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	9.866.298	407.446	12.159.162	0	-1.088	22.431.818
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	9.866.298	407.446	12.159.162	0	-1.088	22.431.818
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.644.013	-6.194	-1.644.013	0	0	-6.194
5.04.01	Aumentos de Capital	1.644.013	0	-1.644.013	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	113	0	0	0	113
5.04.08	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	-6.307	0	0	0	-6.307
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.130	0	422.130
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.130	0	422.130
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	11.510.311	401.252	10.515.149	422.130	-1.088	22.847.754

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.866.298	403.568	9.524.124	0	847	19.794.837
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.866.298	403.568	9.524.124	0	847	19.794.837
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.940	0	0	0	2.940
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.583	0	0	0	0
5.04.08	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	1.357	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.142.134	0	2.142.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.142.134	0	2.142.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.866.298	406.508	9.524.124	2.142.134	847	21.939.911

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.934	-49.252
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.934	-49.252
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.934	-49.252
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.934	-49.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	443.338	2.250.482
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	440.472	2.249.626
7.06.02	Receitas Financeiras	2.866	856
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	438.404	2.201.230
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	438.404	2.201.230
7.08.01	Pessoal	6.005	12.901
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.067	2.289
7.08.01.02	Benefícios	441	415
7.08.01.03	F.G.T.S.	136	74
7.08.01.04	Outros	1.361	10.123
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.393	-2.326
7.08.02.01	Federais	2.339	-2.326
7.08.02.02	Estaduais	54	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.876	48.521
7.08.03.01	Juros	7.867	48.514
7.08.03.02	Aluguéis	9	7
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	422.130	2.142.134
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422.130	2.142.134

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	39.831.158	40.348.924
1.01	Ativo Circulante	8.359.062	8.454.129
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.074.436	2.284.810
1.01.02	Aplicações Financeiras	255.271	654.479
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	255.271	654.479
1.01.03	Contas a Receber	2.890.962	3.184.780
1.01.03.01	Clientes	2.890.962	3.184.780
1.01.04	Estoques	203.741	203.278
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.420.634	1.815.477
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.420.634	1.815.477
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	403.484	420.284
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	1.017.150	1.395.193
1.01.07	Despesas Antecipadas	205.643	175.868
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	308.375	135.437
1.01.08.03	Outros	308.375	135.437
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	83.583	16.602
1.01.08.03.02	Outros Ativos	166.586	80.814
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	5.978	4.931
1.01.08.03.04	Outros valores a compensar	52.228	33.090
1.02	Ativo Não Circulante	31.472.096	31.894.795
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.874.921	4.614.305
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.954	3.849
1.02.01.04	Contas a Receber	140.273	103.075
1.02.01.04.01	Clientes	140.273	103.075
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	61.077	69.656
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.669.617	4.437.725
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	337.930	29.909
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não-Circulantes	31.571	58.514
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	920.735	1.006.899
1.02.01.10.06	Impostos Indiretos a Recuperar	828.537	823.349
1.02.01.10.07	Impostos diretos a Recuperar	2.402.061	2.367.607
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	148.783	151.447
1.02.03	Imobilizado	17.330.831	17.612.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.877.788	10.033.219
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.968.509	5.993.272
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	484.534	1.585.673
1.02.04	Intangível	9.266.344	9.668.326
1.02.04.01	Intangíveis	7.739.125	8.141.107
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.931.359	3.091.216
1.02.04.01.03	Autorizações	4.321.048	4.533.380
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	486.718	516.511
1.02.04.02	Goodwill	1.527.219	1.527.219

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	39.831.158	40.348.924
2.01	Passivo Circulante	6.238.540	8.117.479
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	283.219	218.421
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	283.219	218.421
2.01.02	Fornecedores	2.068.786	3.923.035
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.827.972	3.769.298
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	240.814	153.737
2.01.03	Obrigações Fiscais	911.877	759.911
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	498.031	321.133
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.541	153.855
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Taxas	476.490	167.278
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	351.736	377.105
2.01.03.02.01	ICMS	351.736	377.105
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	62.110	61.673
2.01.03.03.01	ISS	62.110	61.673
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.740.588	1.384.180
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.740.588	1.384.180
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.016.362	1.278.907
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	724.226	105.273
2.01.05	Outras Obrigações	1.234.070	1.831.932
2.01.05.02	Outros	1.234.070	1.831.932
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.741	577.837
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	13.543	858
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	62.768	88.614
2.01.05.02.06	Receitas Diferidas	229.314	281.930
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	867.212	873.068
2.01.05.02.08	Outros Passivos	14.492	9.625
2.02	Passivo Não Circulante	10.744.864	9.799.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.347.861	644.908
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.347.861	644.908
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	379.598
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.347.861	265.310
2.02.02	Outras Obrigações	8.277.243	8.260.566
2.02.02.02	Outros	8.277.243	8.260.566
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	3.064	2.997
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos a recolher	212.481	212.310
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	245.723	237.723
2.02.02.02.07	Receitas Diferidas	789.523	827.182
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	6.964.476	6.907.802
2.02.02.02.09	Outros passivos	61.976	69.005
2.02.02.02.10	Operações com derivativos	0	3.547
2.02.03	Tributos Diferidos	236.012	47.734
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	236.012	47.734
2.02.04	Provisões	883.748	846.419
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	883.748	846.419

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	353.586	333.717
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	235.345	261.837
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.782	5.782
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	259.568	212.702
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	29.467	32.381
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	22.847.754	22.431.818
2.03.01	Capital Social Realizado	11.510.311	9.866.298
2.03.02	Reservas de Capital	401.252	407.446
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.04	Opções Outorgadas	30.203	30.090
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.511	-3.204
2.03.04	Reservas de Lucros	10.515.149	12.159.162
2.03.04.01	Reserva Legal	1.010.090	1.010.090
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.612.019	1.612.019
2.03.04.10	Reserva para Expansão	7.893.040	9.537.053
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	422.130	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.088	-1.088

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.987.106	8.202.414	4.262.741	8.453.568
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.867.102	-3.828.550	-1.859.134	-3.816.515
3.03	Resultado Bruto	2.120.004	4.373.864	2.403.607	4.637.053
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.490.474	-3.229.212	-245.822	-2.030.613
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.005.566	-2.214.607	-1.250.306	-2.527.353
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-401.879	-840.043	-474.744	-880.092
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.082	58.416	1.753.242	1.787.395
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-106.111	-232.978	-274.014	-410.563
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-106.111	-232.978	-274.014	-410.563
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	629.530	1.144.652	2.157.785	2.606.440
3.06	Resultado Financeiro	-269.665	-524.240	786.527	523.978
3.06.01	Receitas Financeiras	181.770	546.988	1.254.413	1.316.970
3.06.02	Despesas Financeiras	-451.435	-1.071.228	-467.886	-792.992
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	359.865	620.412	2.944.312	3.130.418
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-99.575	-198.282	-922.212	-988.284
3.08.01	Corrente	-10.004	-10.004	-52.551	-120.300
3.08.02	Diferido	-89.571	-188.278	-869.661	-867.984
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10752	0,17438	0,8353	0,8849
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10751	0,17437	0,8352	0,8847

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	260.290	422.130	2.022.100	2.142.134

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.786.688	1.354.707
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.511.005	6.058.434
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	620.412	3.130.418
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.757.973	2.631.982
6.01.01.04	Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	-140	255
6.01.01.05	Provisão para processos judiciais e administrativos	164.129	395.417
6.01.01.06	Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos	77.618	174.813
6.01.01.07	Juros e variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	129.925	-1.053.525
6.01.01.09	Valor residual de ativo permanente baixado	14.224	15.537
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	347.455	360.844
6.01.01.11	Opções de compra de ações	886	1.895
6.01.01.12	Juros incorridos - leasing ativo	-750	-6.422
6.01.01.13	Juros incorridos - leasing passivo	399.273	407.220
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.724.317	-4.703.727
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-50.568	-501.663
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	385.220	-1.653.441
6.01.02.03	Estoques	-463	-30.570
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-21.195	-413.375
6.01.02.05	Depósitos judiciais	91.658	78.991
6.01.02.06	Outros ativos	-77.200	-12.273
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	64.797	24.347
6.01.02.08	Fornecedores	-1.878.204	-1.432.872
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	207.546	-64.456
6.01.02.10	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-209.912	-317.356
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-22.971	-108.473
6.01.02.12	Receita diferida	-90.274	-128.330
6.01.02.13	Outros passivos	-89.289	-62.443
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-33.462	-81.813
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.175.826	-1.299.132
6.02.01	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	399.104	288.793
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.577.297	-1.594.794
6.02.03	Recebimento de arrendamento mercantil financeiro	2.367	6.869
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-821.236	-463.996
6.03.01	Novos empréstimos	1.374.200	1.000.000
6.03.02	Amortização de empréstimos	-737.010	-346.611
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-40.575	-36.263
6.03.04	Dividendos pagos	-568.258	-342.986
6.03.05	Operações com derivativos	16.661	22.149
6.03.06	Pagamento de arrendamento mercantil	-528.581	-361.939
6.03.07	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-330.593	-399.391
6.03.08	Alienação de ações em tesouraria	-7.080	1.045
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	789.626	-408.421

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.284.810	1.075.530
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.074.436	667.109

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.866.298	407.446	12.159.162	0	-1.088	22.431.818	0	22.431.818
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.866.298	407.446	12.159.162	0	-1.088	22.431.818	0	22.431.818
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.644.013	-6.194	-1.644.013	0	0	-6.194	0	-6.194
5.04.01	Aumentos de Capital	1.644.013	0	-1.644.013	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	113	0	0	0	113	0	113
5.04.08	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	-6.307	0	0	0	-6.307	0	-6.307
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.130	0	422.130	0	422.130
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.130	0	422.130	0	422.130
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	11.510.311	401.252	10.515.149	422.130	-1.088	22.847.754	0	22.847.754

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.866.298	403.568	9.524.124	0	847	19.794.837	0	19.794.837
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.866.298	403.568	9.524.124	0	847	19.794.837	0	19.794.837
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.940	0	0	0	2.940	0	2.940
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.583	0	0	0	1.583	0	1.583
5.04.08	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	1.357	0	0	0	1.357	0	1.357
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.142.134	0	2.142.134	0	2.142.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.142.134	0	2.142.134	0	2.142.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.866.298	406.508	9.524.124	2.142.134	847	21.939.911	0	21.939.911

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	10.136.796	10.620.473
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.484.251	10.981.317
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-347.455	-360.844
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.579.935	-1.396.368
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.173.920	-1.319.914
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.406.015	-76.454
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.556.861	9.224.105
7.04	Retenções	-2.757.973	-2.631.982
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.757.973	-2.631.982
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.798.888	6.592.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	546.988	1.316.970
7.06.02	Receitas Financeiras	546.988	1.316.970
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.345.876	7.909.093
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.345.876	7.909.093
7.08.01	Pessoal	403.572	471.912
7.08.01.01	Remuneração Direta	256.823	250.911
7.08.01.02	Benefícios	100.785	95.344
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.946	28.048
7.08.01.04	Outros	17.018	97.609
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.040.866	4.110.949
7.08.02.01	Federais	1.145.635	2.122.223
7.08.02.02	Estaduais	1.835.010	1.934.122
7.08.02.03	Municipais	60.221	54.604
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.477.236	1.181.571
7.08.03.01	Juros	1.070.310	792.259
7.08.03.02	Aluguéis	406.926	389.312
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	422.130	2.142.134
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422.130	2.142.134
7.08.05	Outros	2.072	2.527
7.08.05.01	Investimento social privado	2.072	2.527

Comentário do Desempenho

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2020 (Com os efeitos da adoção do IFRS 9, 15 e 16)**DESTAQUES****Resiliência Operacional e Rápida Recuperação da Dinâmica Comercial**

- **ARPU móvel com crescimento de 0,9% A/A**, atingindo R\$ 23,4;
- Recuperação do volume de vendas com o retorno da atividade econômica, +21,6% (Jun/20 vs. Abr/20) no pré-pago e +78,3% (Jun/20 vs. Abr/20) no pós-pago;
- **A base de clientes de UBL da TIM Live superou a marca de 600 mil conexões**, adicionando ~100 mil clientes nos últimos 12 meses, um crescimento de 19,6% A/A;
- **ARPU da TIM Live com crescimento robusto de 7,6% A/A**, atingindo R\$ 83,9.

Desenvolvimento da Infraestrutura a despeito dos Impactos da Pandemia

- **Liderança em cobertura 4G com 3.517 cidades**, utilizando múltiplas frequências para crescer em capacidade;
- **Tecnologia VoLTE disponível em mais de 3.495 cidades**, melhorando a experiência de voz dos usuários;
- **Aceleração da expansão do FTTH com 2,8 milhões de domicílios** cobertos com fibra em 25 cidades e mais o Distrito Federal em junho.

EBITDA Resiliente com Forte Eficiência em Custos Compensando Ambiente Desafiador

- **Receita de Serviços apresentou redução de 3,4% A/A no 2T20**, refletindo os impactos da pandemia, embora com recuperação entre os meses do trimestre (+1,5% Jun/20 vs. Abr/20);
- **Receita da TIM Live avançou 29,0% A/A**, mantendo o forte ritmo de crescimento;
- **Custos e Despesas Normalizados* caíram 12,8% A/A**, com contribuição de custos fixos e variáveis;
- **Performance da PDD apresentou queda de 15,6% A/A**, a primeira redução anual desde 2017;
- **EBITDA Normalizado* atingiu R\$ 2,0 bilhões, crescendo 0,9% A/A**, com a redução de custos mais do que compensando o cenário desafiador para receitas;
- **Margem EBITDA Normalizada* atingiu 49,6% no 2T20**, com forte ritmo de expansão A/A (+3,6 p.p.).

	DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
Operacional	Base Móvel de Clientes ('000)	52.031	54.972	-5,3%	52.826	-1,5%	52.031	54.972	-5,3%
	Pré-pago	30.713	33.648	-8,7%	31.153	-1,4%	30.713	33.648	-8,7%
	Pós-pago	21.318	21.324	0,0%	21.673	-1,6%	21.318	21.324	0,0%
	Base de Usuários 4G ('000)	38.632	36.430	6,0%	38.620	0,0%	38.632	36.430	6,0%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	606	507	19,6%	584	3,7%	606	507	19,6%
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida	3.987	4.263	-6,5%	4.215	-5,4%	8.202	8.454	-3,0%
	Receita de Serviços	3.926	4.063	-3,4%	4.091	-4,0%	8.017	8.088	-0,9%
	Serviço Móvel	3.671	3.833	-4,2%	3.840	-4,4%	7.512	7.629	-1,5%
	Serviço Fixo	255	230	10,8%	251	1,6%	506	459	10,1%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.008)	(2.302)	-12,8%	(2.289)	-12,3%	(4.297)	(4.708)	-8,7%
	EBITDA Normalizado*	1.979	1.961	0,9%	1.926	2,7%	3.905	3.745	4,3%
	Margem EBITDA Normalizada*	49,6%	46,0%	3,6p.p.	45,7%	3,9p.p.	47,6%	44,3%	3,3p.p.
	Lucro Líquido Normalizado*	260	342	-23,9%	164	58,3%	425	494	-14,0%
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	673	945	-28,8%	904	-25,6%	1.577	1.595	-1,1%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Resultado Financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (-R\$ 1.051 milhões no 2T19). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (+R\$ 865 milhões no 2T19) por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO (Com os efeitos da adoção do IFRS 9, 15 e 16)**RECEITA OPERACIONAL**

DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida	3.987	4.263	-6,5%	4.215	-5,4%	8.202	8.454	-3,0%
Receita de Serviços	3.926	4.063	-3,4%	4.091	-4,0%	8.017	8.088	-0,9%
Serviço Móvel	3.671	3.833	-4,2%	3.840	-4,4%	7.512	7.629	-1,5%
Gerada pelo Cliente	3.360	3.504	-4,1%	3.553	-5,4%	6.913	7.010	-1,4%
Interconexão	139	105	31,9%	111	24,5%	250	244	2,6%
Outras Receitas	172	224	-23,2%	176	-2,2%	348	375	-7,1%
Serviço Fixo	255	230	10,8%	251	1,6%	506	459	10,1%
dos quais TIM Live	148	115	29,0%	137	7,7%	292	227	29,1%
Receita de Produtos	61	199	-69,4%	124	-50,8%	185	366	-49,4%

No 2T20, a Receita Líquida foi de R\$ 3.987 milhões, redução de 6,5% comparado com o segundo trimestre de 2019. A Receita Líquida de Serviços apresentou redução de 3,4% A/A no 2T20, impactada pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19 a partir das últimas semanas de março perdurando todo o segundo trimestre. A Receita Líquida de Produtos caiu 69,4% A/A no 2T20, refletindo os impactos da pandemia com o fechamento de grande parte dos canais de venda.

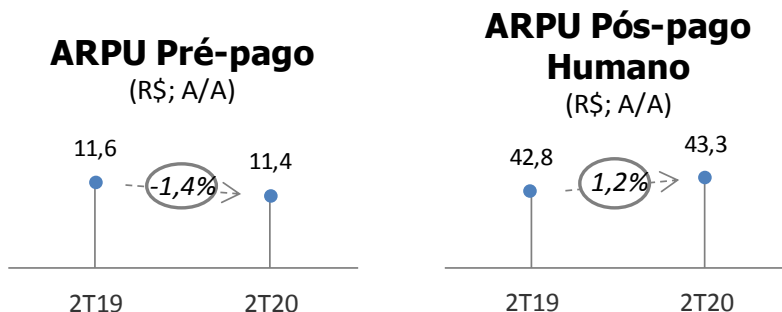
No 6M20, a Receita Líquida somou R\$ 8.202, redução de 3,0%, refletindo as quedas de 0,9% na Receita de Serviços e a queda de 49,4% na Receita de Produtos.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) somou R\$ 3.671 milhões no 2T20, apresentando uma **redução de 4,2%** comparado com o mesmo trimestre do ano passado. A queda dessa linha refletiu, principalmente, a queda mais acentuada na receita do segmento pré-pago, com a redução no número de clientes recarregadores no segmento, além da menor atividade comercial no pós-pago, refletindo os desdobramentos econômicos da pandemia do COVID-19. No 6M20, a RSM apresentou uma queda de 1,5% A/A, com ambos os trimestres exibindo algum efeito negativo.

A despeito de um ambiente desafiador, o **ARPU Móvel (Receita Média Mensal Por Usuário)** registrou crescimento de 0,9% A/A e atingiu R\$ 23,4, refletindo a continuidade dos esforços exitosos da companhia em monetizar sua base de clientes através das migrações para planos de maior valor.

O ARPU dos segmentos, que exclui outras receitas móveis, apresentou **no pré-pago queda de 1,4% A/A** (R\$ 11,4) e **no pós-pago (ex-M2M) alta de 1,2% A/A** (R\$ 43,3).

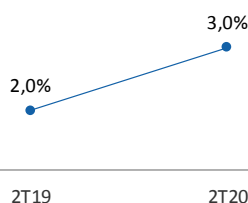


Comentário do Desempenho

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no segundo trimestre:

- (i) No segmento pré-pago, observamos uma redução no número de clientes recarregadores, o que ocasionou uma queda de aproximadamente 15% no nível de recarga ao longo do trimestre, impactado, principalmente, pelo isolamento social e seus desdobramentos econômicos. Como consequência, a **Receita do Pré-Pago caiu 10,7% A/A no 2T20**. Cabe destacar que o patamar de queda no nível de recarga – que chegou a mais de 20% no final de março – vem melhorando consistentemente com a redução do isolamento social e consequente o retorno gradual das atividades econômicas e terminou o trimestre com queda inferior a dois dígitos.
- (ii) O segmento pós-pago, apesar do perfil mais resiliente, também foi impactado pelo fechamento de seus canais físicos de venda durante o trimestre, reduzindo o ritmo de contratações de novos planos e desacelerando as migrações. Além disso, a suspensão temporária do reajuste de preços para a base também contribuiu para a performance negativa do segmento no 2T20. Como resultado, a **Receita com Clientes Pós-Pagos no trimestre teve uma queda de 1,1% A/A**. Com a reabertura gradual a partir de meados de junho, hoje a companhia conta com aproximadamente 80% de seus canais abertos, apesar de ainda existirem algumas restrições de horário e limitações de fluxo.

Exposição VU-M sobre a Receita (% sobre a Receita Líq. de Serviços)



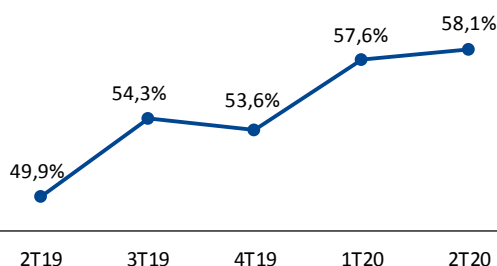
A Receita de Interconexão (ITX) do 2T20 apresentou crescimento de 31,9% A/A, refletindo o impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel +28% A/A), além de um crescimento no tráfego entrante (+16% A/A). Após sucessivos cortes na VU-M, o aumento já previsto pelo Anatel ocorreu ao final do primeiro trimestre. **A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 3,0% no trimestre.**

A linha de Outras Receitas apresentou queda de 23,2% A/A no 2T20, mas manteve-se estável em relação ao trimestre anterior. A queda no comparativo anual deve-se, basicamente, a redução de multas de cancelamento de clientes pós-pagos fidelizados. Cabe destacar que o desempenho dessa linha continua sendo majoritariamente impactado pela receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede, em linha com a estratégia da companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 255 milhões neste trimestre, um aumento de 10,8% comparado ao 2T19. Esta performance reflete o crescimento da **TIM Live**, que no **2T20 cresceu 29,0% A/A** e já representa aproximadamente 58% da receita de serviço fixo. Ao final de junho, a Live estava presente em 27 cidades (sendo 6 capitais) e mais o Distrito Federal e continuará expandindo sua cobertura nos próximos trimestres.

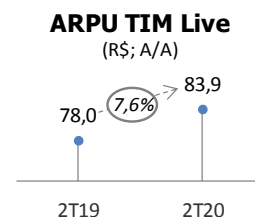
Participação Live na Receita Fixa



Comentário do Desempenho

Os demais serviços do segmento fixo, por sua vez, recuaram 7,3% A/A (versus -9,3% no 1T20). No 6M20, a Receita do Serviço Fixo totalizou R\$506 milhões, alta de 10,1% A/A.

O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) da TIM Live foi de R\$ 83,9, 7,6% maior que no 2T19. O desempenho é explicado pela penetração de ofertas de FTTH de maior valor com velocidades maiores.



Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
R\$ milhões								
Custos Reportados da Operação	(2.008)	(807)	148,8%	(2.292)	-12,4%	(4.300)	(3.215)	33,7%
Custos Normalizados* da Operação	(2.008)	(2.302)	-12,8%	(2.289)	-12,3%	(4.297)	(4.708)	-8,7%
Pessoal	(240)	(254)	-5,7%	(261)	-8,1%	(501)	(503)	-0,5%
Comercialização	(640)	(841)	-23,9%	(802)	-20,2%	(1.442)	(1.734)	-16,8%
Rede e Interconexão	(671)	(558)	20,3%	(627)	6,9%	(1.298)	(1.216)	6,8%
Gerais e Administrativos	(133)	(136)	-2,0%	(162)	-18,0%	(296)	(270)	9,6%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(82)	(240)	-65,8%	(159)	-48,2%	(241)	(439)	-45,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(159)	(188)	-15,6%	(189)	-15,8%	(347)	(361)	-3,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(83)	(84)	-1,2%	(89)	-6,7%	(172)	(185)	-7,0%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(1.926)	(2.061)	-6,6%	(2.130)	-9,6%	(4.056)	(4.269)	-5,0%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 2,6 milhões no 1T20 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19), crédito fiscal devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 1.720 milhões no 2T19), serviços jurídicos associados à decisão judicial do PIS/COFINS (+R\$ 3,5 milhões no 2T19) e revisão do prognóstico de perda para contingências trabalhistas com pessoal próprio, para contingências fiscais e para contingências cíveis (+R\$ 221,8 milhões no 2T19).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados totalizaram R\$ 2.008 milhões no 2T20 (+148,8% A/A), alta explicada pelos créditos fiscais no montante de R\$ 1.720 milhões contabilizados no 2T19 e relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Neste trimestre, a linha não foi impactada por despesas não recorrentes.

Nota: devido à adoção do IFRS 16, Custos e Despesas Operacionais, principalmente os alocados sob a linha de Rede, não são impactados por aluguéis, compartilhamentos e outros tipos de arrendamentos com prazos maiores do que 12 meses, conforme estabelecido pela norma. Deste modo, os valores dos contratos de longo-prazo relacionados ao arrendamento de infraestrutura (além de outros de menor relevância), importantes para as operações da companhia, são refletidos no Resultado sob as linhas de Depreciação e Despesas Financeiras.

No 2T20, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 2.008 milhões, uma queda de 12,8% A/A, refletindo, principalmente, a significativa redução de custos variáveis e fixos como consequência da redução da atividade econômica em meio a pandemia do COVID-19 no Brasil, além da sólida execução no controle de custos e a entrega de eficiência em múltiplas frentes. Excluindo-se o Custo das Mercadorias Vendidas, o Opex normalizado registrou queda de 6,6% A/A, a despeito da inflação registrada no período (IPCA 12M; 2,1%). Nos primeiros seis meses do ano, os Custos e Despesas Normalizados tiveram queda de 8,7%, totalizando R\$ 4.297 milhões (vs. 4.708 milhões no 6M19).

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

Custos com Pessoal apresentaram queda de 5,7% A/A no 2T20. Tal performance foi influenciada, principalmente, pela redução nas linhas de despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda. A companhia optou por não fazer redução de quadros em função da pandemia (+0,2% de colaboradores versus 1T20) e fez uso de férias coletivas e suspensão de contratos para manter a renda dos funcionários, porém reduzindo o impacto financeiro da folha de pessoal. No 6M20, a linha acumula queda de 0,5% A/A, com os efeitos positivos do 2T20 sendo compensados parcialmente por elementos orgânicos, como inflação sobre salários e benefícios no 1T20.

A linha de Comercialização e Publicidade teve queda de 23,9% A/A no 2T20, refletindo um cenário de vendas mais reduzidas, com menores despesas com comissionamento de recargas e de ativações de linhas e redução dos custos com publicidade durante a pandemia. Além disso, o 2T20 foi marcado novamente pelas tendências estruturais dos trimestres anteriores, com os ganhos de eficiências geradas pelas iniciativas

Comentário do Desempenho

de digitalização de processos, aumento da penetração dos canais digitais e redução das despesas com FISTEL. No acumulado do ano, a queda atingiu 16,8%.

O grupo de Rede e Interconexão apresentou alta de 20,3% A/A no 2T20, impulsionado por maiores custos no subgrupo de interconexão (ITX), explicada basicamente pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) a partir de fevereiro de 2020. As despesas de Rede, por sua vez, apresentaram alta de 6,7% A/A no 2T20, em decorrência de maiores custos com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura. No 6M20, Rede e Interconexão acumulam alta de 6,8% revertendo a performance do 1T20.

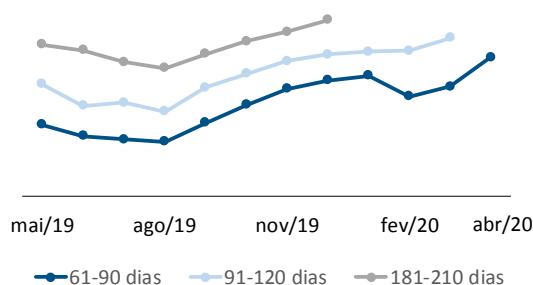
Despesas Gerais e Administrativas (G&A) caíram 2,0% A/A no trimestre. Esta queda é explicada, principalmente, por uma pequena redução com serviços profissionais e transporte. No 6M20, a linha acumula alta de 9,6%, explicada por maiores despesas com projetos de TI, consultorias e serviços jurídicos e administrativos no 1T20.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) caiu 65,8% A/A no 2T20, acompanhando a forte queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos em função, principalmente, do fechamento da maioria das lojas da TIM (o principal canal de venda de aparelhos da companhia) durante os meses de abril e maio como medida de contenção do COVID-19 no país. No 6M20, a linha acumula queda de 45,1% A/A, em função dos mesmos motivos, que impactaram parcialmente os resultados do 1T20.

No 2T20, as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) apresentaram queda de 15,6% A/A, representando o primeiro trimestre de queda anual desde 2017. A linha apresentou, ainda, redução de 15,8% T/T. Tal performance reflete os esforços na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação. As curvas de arrecadação

vêm apresentando melhoria contínua ao longo dos últimos meses e retornaram a níveis de 2017. Em valor absoluto, a PDD retornou aos níveis do final de 2018, totalizando R\$ 159 milhões, e representou 2,81% da Receita Bruta da TIM, demonstrando melhoras contínuas após atingir o pico de 3,19% no 3T19. No 6M20, a linha acumula queda de 3,7% A/A.

Curva de Arrecadação
(% do total cobrado)



Outras Despesas Operacionais normalizadas por efeitos não recorrentes registraram queda de 1,2% A/A no 2T20, o que representa cerca de R\$ 1 milhão.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R\$ 35,5 por adição bruta no 2T20, registrando queda de 30,6% A/A. A forte redução se deu pela maior eficiência nos custos de comercialização e publicidade.

1,5
Mês de
payback

A relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) teve queda A/A atingindo 1,5 mês, frente a 2,2 meses do 2T19.

Comentário do Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

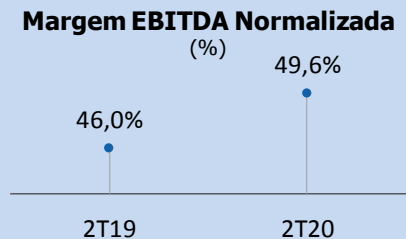
DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Normalizado*	1.979	1.961	0,9%	1.926	2,7%	3.905	3.745	4,3%
Margem EBITDA Normalizada*	49,6%	46,0%	3,6p.p.	45,7%	3,9p.p.	47,6%	44,3%	3,3p.p.
Total de Itens Normalizados	-	1.494	-100,0%	(3)	-100,0%	(3)	1.493	n.a.
EBIT Normalizado*	630	663	-5,1%	518	21,6%	1.147	1.113	3,0%
Margem EBIT Normalizada*	15,8%	15,6%	0,2p.p.	12,3%	3,5p.p.	14,0%	13,2%	0,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(270)	(264)	2,1%	(255)	5,9%	(524)	(527)	-0,5%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(100)	(57)	75,2%	(99)	0,9%	(198)	(93)	114,1%
Lucro Líquido Normalizado*	260	342	-23,9%	164	58,3%	425	494	-14,0%
Total de Itens Normalizados	(0)	1.680	-100,0%	(3)	-100,0%	(3)	1.648	n.a.
EBITDA Reportado	1.979	3.456	-42,7%	1.924	2,9%	3.903	5.238	-25,5%
Margem EBITDA Reportada	49,6%	81,1%	-31,4p.p.	45,6%	4,0p.p.	47,6%	62,0%	-14,4p.p.
Depreciação & Amortização	(1.349)	(1.298)	4,0%	(1.409)	-4,2%	(2.758)	(2.632)	4,8%
Depreciação	(881)	(880)	0,1%	(935)	-5,8%	(1.816)	(1.743)	4,2%
Amortização	(468)	(418)	12,2%	(473)	-1,0%	(942)	(889)	6,0%
EBIT	630	2.158	-70,8%	515	22,2%	1.145	2.606	-56,1%
Margem EBIT	15,8%	50,6%	-34,8p.p.	12,2%	3,6p.p.	14,0%	30,8%	-16,9p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(270)	787	n.a.	(255)	5,9%	(524)	524	n.a.
Despesas financeiras	(321)	(414)	-22,4%	(326)	-1,3%	(647)	(731)	-11,5%
Receitas financeiras	56	1.204	-95,3%	64	-12,0%	120	1.257	-90,4%
Variações cambiais, líquidas	(5)	(3)	45,7%	7	n.a.	3	(3)	n.a.
Lucro antes dos impostos	360	2.944	-87,8%	261	38,1%	620	3.130	-80,2%
Imposto de renda e cont. social	(100)	(922)	-89,2%	(99)	0,9%	(198)	(988)	-79,9%
Lucro Líquido	260	2.022	-87,1%	162	60,8%	422	2.142	-80,3%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Resultado Financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (-R\$ 1.051 milhões no 2T19). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (+R\$ 865 milhões no 2T19) por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado do 2T20 totalizou R\$ 1.979 milhões, registrando um aumento de 0,9% A/A. As principais alavancas para este desempenho foram (i) aprofundamento de iniciativas estruturais para controle de custos/despesas (ii) a implementação de medidas temporárias para redução de custos fixos, (iii) redução de custos variáveis por menor atividade comercial e (iv) a manutenção de sólido crescimento da Receita de Serviços Fixos refletindo a aceleração da TIM Live.

A Margem EBITDA Normalizada atingiu 49,6% e foi novamente recorde para um segundo trimestre. O aumento de 3,6 p.p. na comparação com o 2T19 foi influenciado, principalmente, pela performance destacada em custos associada à queda da receita.



No 6M20, o EBITDA Normalizado cresceu 4,3% A/A e a Margem EBITDA Normalizada alcançou 47,6% (+3,3 p.p.), em função, principalmente, dos motivos explicados acima, além do crescimento de Receita do Serviço Móvel no 1T20.

A exposição do EBITDA a tarifa VU-M foi de 0,8% no 2T20. Neste trimestre, a VU-M líquida (receita – custo) ficou positiva em função de uma receita de interconexão levemente superior aos custos com a VU-M.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 2T20, D&A registrou aumento de 4,0% A/A, explicado, principalmente, por uma elevação na amortização da licença de 700 MHz relacionada à expansão das ativações da frequência para novas cidades (ainda que compensada por um menor montante de amortização de softwares). No 6M20, D&A apresentou crescimento de 4,8% A/A, explicado pelas mesmas razões que influenciaram o 2T20.

Comentário do Desempenho

O EBIT Normalizado do 2T20 caiu 5,1% A/A, refletindo um crescimento menos potente do EBITDA. A Margem EBIT Normalizada fechou o trimestre em 15,8%, expandindo 0,2 p.p. contra o 2T19. No acumulado do ano, o EBIT Normalizado apresentou alta de 3,0% A/A e a Margem EBIT Normalizada atingiu 14,0%, um crescimento de 0,8 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido do 2T20 foi negativo em R\$ 270 milhões, o que representa uma piora de R\$ 5 milhões quando comparado ao 2T19. Esta diferença deve-se principalmente a:

- (i) Maior receita financeira advinda da atualização monetária sobre o saldo de créditos tributários provenientes do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (o saldo remanescente ao fim de cada período é corrigido pela taxa Selic até sua compensação integral, tornando-se um elemento recorrente pelos próximos anos) e uma receita com Juros sobre Aplicações Financeiras levemente superior, refletindo a remuneração sobre uma posição de Caixa significativamente maior, apesar da redução da taxa básica de juros no período;
- (ii) Resultado líquido entre: i) uma menor despesa devido à queda da taxa de juros e, consequentemente, menor *accrual* de juros da dívida; e ii) um maior volume de juros sobre *leasings*.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 2T20, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Reportados totalizaram um montante de -R\$ 100 milhões frente aos -R\$ 922 milhões no 2T19, redução explicada, principalmente, por um menor Lucro Antes de Impostos, impactado no ano anterior pelos créditos fiscais relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Na visão Normalizada, houve um aumento de R\$ 43 milhões no 2T20 quando comparado aos R\$ 57 milhões do 2T19. Esta diferença é explicada pelo menor uso de benefícios fiscais no trimestre atual em decorrência de um menor volume de IR/CSLL corrente. Isso se deve à menor base de cálculo de imposto de renda em função da depreciação acelerada de ativos para efeito fiscal.

No 2T20, a alíquota efetiva ficou em -27,7% vs. -31,3% no 2T19 (-14,2% na visão Normalizada). No 6M20, a alíquota efetiva foi de -31,8% vs. -15,8% do 6M19 na visão normalizada, explicada pelos mesmos motivos do 2T20, uma vez que os impactos deste trimestre também foram observados no 1T20.

LUCRO LÍQUIDO

No 2T20, **o Lucro Líquido Normalizado apresentou queda de 23,9% A/A frente ao 2T19, totalizando R\$ 260 milhões**. O Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,11 ante os R\$ 0,14 (Normalizado) no 2T19. No 6M20, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R\$ 425 milhões, apresentando queda de 14,0% A/A.

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	% T/T	6M20	6M19	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Normalizado*	1.979	1.961	0,9%	1.926	2,7%	3.905	3.745	4,3%
Capex	(673)	(945)	-28,8%	(904)	-25,6%	(1.577)	(1.595)	-1,1%
EBITDA - Capex	1.306	1.016	28,5%	1.022	27,7%	2.328	2.150	8,3%
Δ Capital de Giro	280	(2.316)	n.a.	(1.415)	n.a.	(1.135)	(3.773)	-69,9%
Itens operacionais não recorrentes	-	1.494	-100,0%	(3)	-100,0%	(3)	1.493	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	1.586	195	713,4%	(396)	n.a.	1.191	(129)	n.a.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) do 2T20 foi positivo em R\$ 1.586 milhões, um crescimento de R\$ 1.391 milhões comparado ao 2T19. Este resultado reflete principalmente a redução do Capex, além da Variação do Capital de Giro mais positiva. No primeiro semestre, o FCOL somou R\$ 1.191 milhões, com expansão de R\$ 1.320 milhões A/A.

No 2T20, o EBITDA-Capex ficou em R\$ 1.306 milhões com crescimento de 28,5% A/A, levando o EBITDA-Capex sobre a Receita Líquida para 32,8% (versus 23,8% no 2T19). No 6M20, o crescimento do EBITDA-Capex foi de 8,3% A/A, enquanto o indicador de margem ficou em 28,4%.

Fazendo um exercício para excluir os efeitos dos arrendamentos financeiros desses indicadores, o EBITDA do 2T20 foi recalculado considerando os *leasings* financeiros como *leasings* operacionais e, desse modo, afetando as despesas operacionais. Assim, o EBITDA-AL (*After Lease*) do trimestre ficaria em R\$ 1.552 milhões e o EBITDA-AL menos Capex somaria R\$ 879 milhões (+44,4% A/A). No 6M20, o EBITDA-AL atingiria R\$ 3.051 milhões, enquanto o EBITDA-AL menos Capex totalizaria R\$ 1.474 milhões (+5,6% A/A).

CAPEX

O Capex totalizou R\$ 673 milhões no 2T20, uma redução de 28,8% comparado ao 2T19. A queda é explicada, principalmente, pela reavaliação de projetos que estavam inicialmente planejados. Após o início do isolamento social, observamos uma mudança no perfil de uso da nossa rede móvel, com uma distribuição mais uniforme do tráfego ao longo do dia e menos concentrado geograficamente. Dessa forma, o Capex na rede móvel está sendo reavaliado, enquanto os investimentos em fibra ótica estão mantidos devido à alta da demanda por banda-larga.

Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (87% do total), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHZ, rede de transporte e expansão do FTTH (que recebeu aproximadamente 14% do total dos investimentos realizados no 2T20).

VARIAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

A Variação do Capital de Giro foi positiva em R\$ 280 milhões em comparação com -R\$ 2.316 milhões do 2T19. O elevado valor negativo no 2T19 foi ocasionado, em maior grau, pelo aumento da linha de Impostos a Recuperar, em função dos créditos fiscais relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Além disso, em comparação com o 2T20, no segundo trimestre de 2019, a linha foi mais impactada pelo efeito remanescente da redução das contas de Fornecedores relacionado aos pagamentos das compras do final de 2018 não realizados no 1T19. Em 2020, este impacto foi observado majoritariamente no primeiro

Comentário do Desempenho

trimestre do ano. A Variação do Capital de Giro foi impactada, também, ainda que em menor grau, por melhorias nas linhas de Contas a Receber e de Impostos.

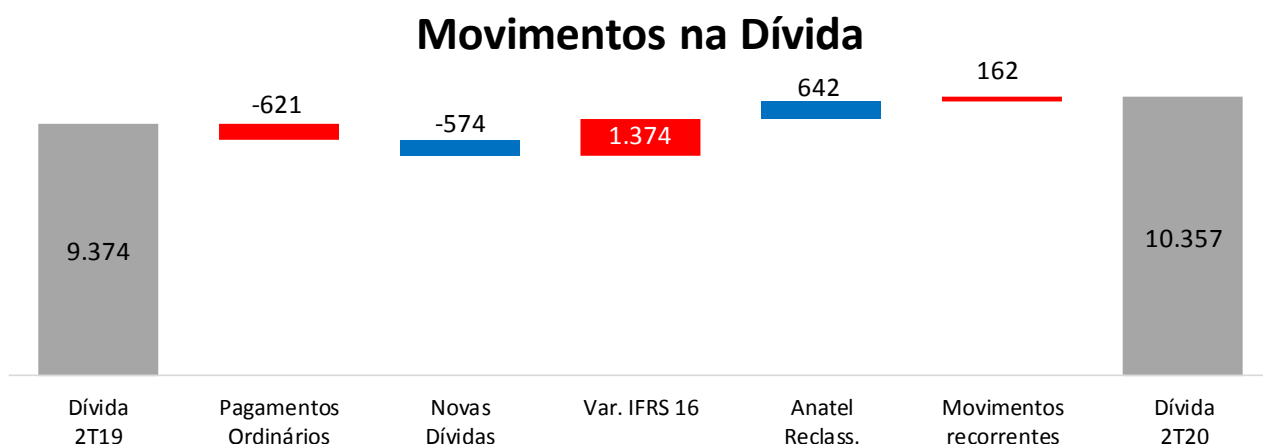
No 1T20, houve a postergação do pagamento do FISTEL (cerca de R\$ 790 milhões) – que usualmente ocorre no mês de março – para o dia 31 de agosto. Porém, é importante destacar que a parcela do FISTEL referente ao Condecine (aproximadamente R\$ 230 milhões) foi paga no dia 31 de março (data original do vencimento) por falta de apoio jurídico, até então, para sua não realização. A liminar que postergou o pagamento desta taxa para agosto foi divulgada no final do mesmo dia e o montante foi ressarcido no dia 2 de abril. Desse modo, este pagamento impactou positivamente o Fluxo de Caixa do 2T20.

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta do 2T20 ficou em R\$ 10.357 milhões, um crescimento de R\$ 983 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 7.677 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16) e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 408 milhões (reduzindo a dívida bruta). Desconsiderando os *leasings* relacionados à adoção do IFRS 16, a dívida bruta seria de R\$ 4.091 milhões. Ao fim de março, o montante de financiamentos (pós-*hedge*) totalizou R\$ 2.680 milhões.

Em junho de 2020, os financiamentos da TIM eram compostos, principalmente, por Debêntures e financiamentos com bancos privados. Aproximadamente 67% dos financiamentos são denominados em moeda estrangeira (USD e EUR), sendo totalmente protegidos por *hedge* para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 3,4% a.a. no trimestre**, uma redução quando comparado ao custo de 7,4% a.a. do 2T19.

Conforme mencionado no Release de Resultados do 1T20, em abril, o Conselho de Administração da TIM aprovou a captação de R\$ 1.000 milhões para reforço de liquidez em antecipação a possíveis impactos que a pandemia do COVID-19 poderia ocasionar na economia. Deste montante, R\$ 574 milhões foram captados junto ao Scotiabank no mesmo mês. Ao longo do 2T20 a TIM avaliou as melhores condições para captação do saldo remanescente, contratando, em julho, R\$ 426 milhões junto ao BNP Paribas.



No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 3.330 milhões, registrando crescimento de R\$ 2.169 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 2,9% a.a., no 2T20, apresentando uma queda frente aos 6,5% a.a. do 2T19, acompanhando a redução observada da taxa Selic.

Comentário do Desempenho

No 2T20, a Dívida Líquida totalizou R\$ 7.028 milhões, redução de R\$ 1.186 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 8.214 milhões. Esta queda é explicada pelo crescimento maior do volume de Caixa e Aplicações Financeiras em comparação com a elevação do saldo de dívida e *leasings* no período. A dívida líquida excluindo os efeitos dos arrendamentos financeiros, Dívida Líquida-AL, somaria -R\$ 803 milhões, ou seja, "caixa líquido" com uma melhora de R\$ 1.817 milhões versus o ano passado.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,85x no trimestre. Desconsiderando os *leasings* financeiros associados à adoção do IFRS 16, a relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,11x no trimestre, uma redução comparada aos 0,40x do 2T19.

Comentário do Desempenho

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES**TIM LANÇA NOVAS OFERTAS EM PARCERIA COM O BANCO C6**

Após terem anunciado uma parceria estratégica no dia 26 de março de 2020, a TIM e o Banco C6 anunciaram sua primeira oferta conjunta no dia 10 de julho. Tal oferta começou a ser comercializada no mesmo dia. Neste primeiro movimento, os clientes do segmento Controle da companhia que abrirem uma conta no banco e realizarem o pagamento de suas faturas através dele receberão o dobro de franquia de internet. Além disso, os clientes Pré-pago da TIM receberão um bônus de 3GB quando realizarem recargas a partir de R\$ 15,00 pelo app do Banco C6. Em contrapartida, o Banco C6 oferecerá aos clientes um cartão de crédito sem anuidade que poderá ser usado para parcelamento de aparelhos em até 18 vezes sem juros nas lojas da TIM. A parceria de caráter inovador oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de usuários e maior fidelização de seus clientes.

TIM REALIZA PROPOSTA VINCULANTE POR ATIVOS MÓVEIS DA OI EM CONJUNTO COM VIVO E CLARO

Em 18 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma oferta vinculante para a aquisição dos negócios móveis do Grupo Oi pela TIM S.A. (subsidiária integral da TIM Participações S.A.), juntamente com "Vivo" e "Claro" (Ofertantes). Esta oferta vinculante foi sujeita a algumas condições, especialmente à seleção dos Ofertantes como "*stalking horse*" ("primeiro proponente"). A oferta conjunta compreende todos os ativos que constituem a "UPI de Ativos Móveis" descritos nos Fatos Relevantes e Anexos de 15 de junho de 2020, divulgados pela empresa Oi S.A - Em Recuperação Judicial. Em resumo, os principais ativos são: termos de autorização por radiofrequência; base de clientes do Serviço Móvel Pessoal; direito de usar o espaço em edifícios e torres; acesso móvel ou elementos principais da rede; e sistemas/plataformas.

Em 27 de julho, as Ofertantes estenderam sua proposta e revisaram sua condição. A oferta conjunta é composta pelo valor de R\$ 16,5 bilhões e pela possibilidade de assinatura de contratos de longo prazo com o Grupo Oi para uso de infraestrutura. A oferta vinculante revisada continua sujeita a certas condições, especialmente no que diz respeito à seleção dos Ofertantes como "*stalking horse*", que garantirá o direito de oferecer valor maior do que eventual proposta apresentada por terceiro ("*right to top*") no processo competitivo para a venda dos negócios móveis do Grupo Oi.

CELEBRAÇÃO DO TAC COM A ANATEL

Em 19 de junho, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a TIM S.A. (subsidiária integral da TIM Participações S.A.), após deliberação final do Regulador na 8ª Reunião Extraordinária de seu Conselho Diretor, ocorrida no dia anterior. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades. A companhia também assumiu o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, à cerca de 350 municípios com menos de 30 mil habitantes. Três milhões de pessoas serão beneficiadas nas regiões Nordeste, Norte, norte de Minas Gerais e em Goiás, em cidades onde a tecnologia de quarta geração ainda não está disponível.

Comentário do Desempenho**REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA – INCORPORAÇÃO DA TIM PARTICIPAÇÕES S.A. PELA TIM S.A.**

Em 29 de julho, o Conselho de Administração da TIM Participações S.A. ("Companhia" ou "TPAR") e da TIM S.A. ("TSA"), aprovaram a submissão à assembleia geral extraordinária de cada companhia, a serem realizadas no dia 31 de agosto de 2020, da proposta de incorporação da TPAR pela TSA ("Incorporação"), sendo que, após a realização da Incorporação, esta última passará a ser uma companhia listada no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e com American Depositary Receipts ("ADRs") negociadas na Bolsa de Valores de Nova York - New York Stock Exchange ("NYSE").

A Incorporação pretendida tem como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, por meio da integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas, tais como gastos com auditoria, consultores externos e estruturas de controle e alçadas de aprovação, bem como a otimização da carga tributária.

A relação de substituição das ações da TPAR pelas ações da TSA será na proporção de 1:1. Esta relação foi determinada com base na premissa de que, como a TPAR é a única acionista da TSA, uma vez implementada a Incorporação, os atuais acionistas da TPAR deverão passar a deter na TSA o mesmo número de ações e a mesma participação acionária de que hoje são titulares na TPAR, sem que seus direitos sejam negativamente afetados pela Incorporação.

As novas ações a serem emitidas pela TSA conferirão aos seus titulares os mesmos direitos que eram conferidos pelas ações da TPAR. Portanto, o resultado dessa incorporação não acarretará impactos para seus acionistas minoritários, tendo em vista que a TSA permanecerá com a mesma estrutura de administração e de melhores práticas de governança corporativa, bem como trará significativos ganhos de eficiência operacional e financeira.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	52.031	54.972	-5,3%	52.826	-1,5%	52.031	54.972	-5,3%
Pré-Pago	30.713	33.648	-8,7%	31.153	-1,4%	30.713	33.648	-8,7%
Pós-Pago	21.318	21.324	0,0%	21.673	-1,6%	21.318	21.324	0,0%
Base de Usuários 4G ('000)	38.632	36.430	6,0%	38.620	0,0%	38.632	36.430	6,0%
Market share	23,2%	24,1%	-0,9p.p.	23,3%	-0,1p.p.	23,2%	24,1%	-0,9p.p.
Pré-Pago	27,1%	27,2%	0,0p.p.	27,3%	-0,2p.p.	27,1%	27,2%	0,0p.p.
Pós-Pago	19,2%	20,4%	-1,2p.p.	19,3%	-0,1p.p.	19,2%	20,4%	-1,2p.p.
Adições Líquidas ('000)	(794)	(111)	613,2%	(1.621)	-51,0%	(2.415)	(951)	154,0%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	1.037	1.006	3,1%	1.101	-5,8%	1.037	1.006	3,1%
Base de Clientes TIM Live ('000)	606	507	19,6%	584	3,7%	606	507	19,6%

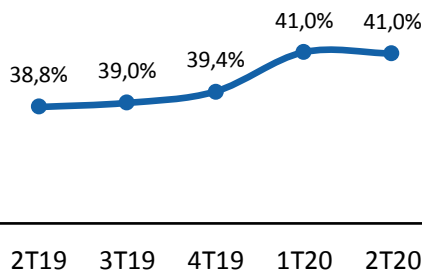
* Market Share = Mai/20.

SEGMENTO MÓVEL:**MERCADO GERAL**

Em mai-20, o mercado móvel reportou uma queda de 1,5% A/A, voltando a elevar a retração de base total e revertendo a desaceleração iniciada no 1T20. Seguindo a dinâmica dos trimestres anteriores, o pré-pago foi o responsável por este recuo, consequência da continuidade do fenômeno de consolidação de *SIM Cards*. O segmento perdeu 11,0 milhões de acessos nos últimos 12 meses. Embora o pós-pago tenha mantido o ritmo de expansão, as adições líquidas de 7,7 milhões nos últimos 12 meses não foram suficientes para compensar a perda do pré-pago.

TIM

A TIM encerrou o 2T20 com um total de 52,0 milhões de acessos, uma retração de 5,3% no período.

Mix de Pós-Pago na Base
 (% sobre a Base Total de Usuários)


Fonte: Anatel.

A base pós-paga totalizou 21,3 milhões de linhas e as adições dos últimos 12 meses acumularam queda de 6k acessos. Com a redução da atividade comercial nos pontos de presença física, as novas vendas apresentaram um arrefecimento, um fenômeno em comum para todo o mercado. As adições brutas do pós-pago humano tiveram uma retração de ~45% A/A no 2T20. Do lado das desconexões, o *churn* voluntário intensificou o movimento positivo de queda, porém insuficiente para equalizar o novo cenário de vendas. No segmento *Consumer* houve uma redução de ~30% no indicador. A combinação de uma venda de maior qualidade, com aumento da participação de canais estruturais, e a melhora na curva de arrecadação sinalizam uma tendência de melhora no *churn* como um todo.

O segmento continua apresentando expansão de *mix* sobre a base total (41,0%), +2,2 p.p A/A, apesar da estabilidade no trimestre. Após um ano de lançamento, o TIM Black Família continua sendo um importante *driver* de valor, com a proposta de ser um hub de entretenimento e serviço, e atualmente já representa 12% da base de pós-pago puro.

A base do pré-pago finalizou o trimestre com 30,7 milhões de acessos, uma queda de 8,7% A/A, em linha com o mercado. As desconexões líquidas atingiram 2,9 milhões de linhas nos últimos 12 meses. A dinâmica da base, que é caracterizada por elevadas ativações e cancelamentos simultaneamente, segue impactada com volumes menores de ativações. O volume de recargas apresentou seu momento de maior baixa durante o mês de março, na sequência das incertezas econômicas com o início do isolamento social.

Comentário do Desempenho

No 2T20, os meses apresentaram melhora sequencial, mas ainda abaixo do volume anterior, em função do menor número de recarregadores, mesmo com o incremento do *spending*.

A base 4G encerrou o período com 38,6 milhões de acessos, mantendo tendência de crescimento contínuo (6,0% A/A). O total de aparelhos com a tecnologia atingiu 80% do total dos acessos humanos (+9,7p.p. A/A). **A base de M2M fechou o trimestre com 3,9 milhões de acessos** (+18% A/A).

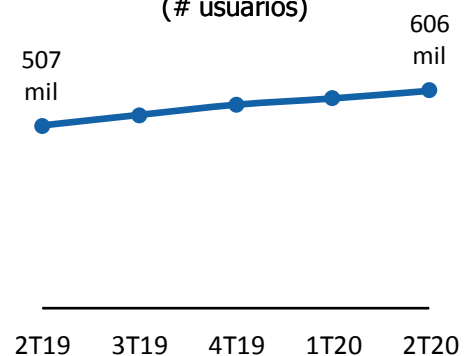
SEGMENTO FIXO:

A TIM Live superou a marca das 600 mil conexões no 2T20 (+19,6% A/A). As adições líquidas no FTTH (*Fiber To The Home*) retornaram a níveis mais próximos a performance pré isolamento e seguiram em aceleração, com 33 mil novos acessos no trimestre e 131 mil nos últimos 12 meses. A base em velocidades a partir de 100 mbps representou 40% dos acessos totais, um aumento de 19 p.p. A/A.

A dinâmica comercial, inicialmente afetada pelas necessidades de adaptações da força de vendas, foi totalmente acomodada. Nossos canais estão operando com novos protocolos operacionais e mantendo a performance comercial do segmento.

Neste trimestre, fizemos mais um lançamento comercial de um cluster, a cidade de Brasília, na região do entorno ao "Plano piloto". Com a adição, encerramos o período com presença de FTTH em 25 cidades e mais o Distrito Federal.

Evolução de Clientes TIM Live (# usuários)



Comentário do Desempenho

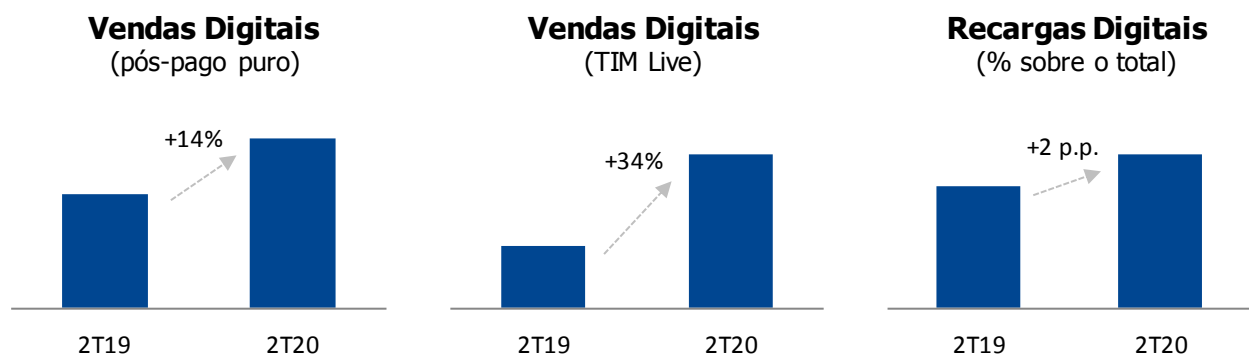
QUALIDADE E REDE

QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

O segundo trimestre de 2020 trouxe à tona não apenas grandes desafios para a companhia, mas também a oportunidade de provar a capacidade alcançada de sua estratégia de **transformação digital**. Com os impactos provocados pela pandemia de COVID-19, diversas ações foram tomadas pela TIM para garantir a qualidade e disponibilidade dos serviços oferecidos aos clientes. Essas ações foram possíveis, não só pelo foco e capacidade de nossos colaboradores, mas também pelas iniciativas que temos tomado ao longo dos anos, buscando fortalecer nosso posicionamento perante o mercado através da diferenciação, com o objetivo de proporcionar uma experiência superior.

Os resultados positivos em nossos canais digitais e a excelência de nossas entregas aos clientes e sociedade mesmo em um cenário de isolamento social em diversas regiões comprovam não apenas a capacidade da companhia de se adaptar e reinventar em situações difíceis, mas também que estamos no caminho certo e que temos a chance de evoluir cada vez mais.

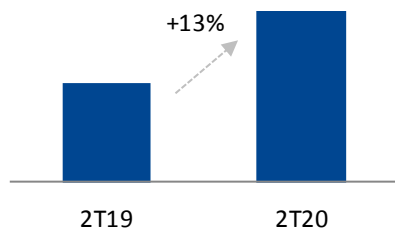
A decisão de fechar 100% de nossas lojas físicas em março de 2020 trouxe uma grande necessidade de nos apoiarmos no uso dos canais digitais. Assim, no 2T20, o mix de recargas digitais seguiu ganhando relevância com aumento de ~2 p.p. A/A no período. Enquanto isso, nas aquisições através de canais digitais do segmento de pós-pago puro e da TIM Live, as vendas registraram avanço de 14,1% A/A e 33,6% A/A, respectivamente.



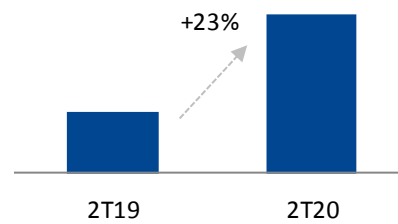
Outro importante fator nesse momento são os mecanismos digitais de faturamento e pagamento que mantiveram seu ritmo de crescimento ao longo do trimestre. As faturas entregues através desses canais apresentaram evolução de 12,9% A/A, enquanto o de clientes pagando via canais digitais aumentou 22,9% na comparação com o ano anterior. Outra funcionalidade importante oferecida pela companhia aos clientes é a possibilidade de fazerem recargas e/ou consultas de saldo e franquia, além da oportunidade de receberem suas faturas através do WhatsApp.

Comentário do Desempenho**E-Faturamento**

(# de faturas entregues)

**E-Pagamento**

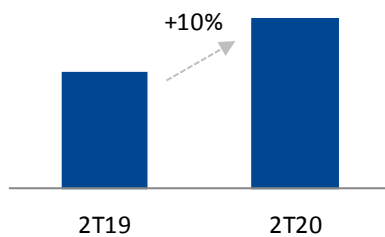
(# de acessos com pagamentos digitais)



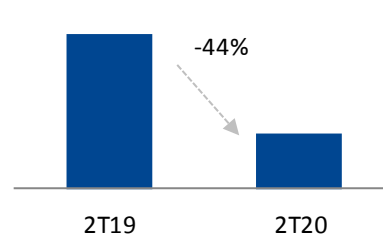
O autoatendimento é outro importante fator nesse momento. Neste sentido, o Meu TIM é uma ferramenta fundamental para simplificação dos processos de *caring*. O crescimento de 10,2% A/A na média mensal dos usuários únicos do Meu TIM no trimestre demonstra que a companhia tem obtido sucesso ao estimular e disponibilizar funcionalidades que são de interesse do cliente através dessa plataforma. A redução de 44,0% A/A nas interações via atendimento humano corrobora com essa estratégia, reduzindo a dependência de comunicação por meio de *call centers*.

MEU TIM

(usuários únicos)

**Atendimento Humano**

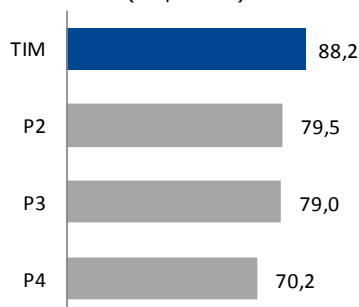
(# interações)

**EVOLUÇÃO DA REDE**

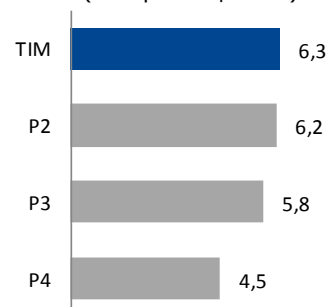
Em Jul/20, conforme notícia veiculada pelo Tecnoblog¹, a **TIM confirmou novamente a qualidade superior de sua cobertura 4G no Brasil, mantendo-se líder na disponibilidade dessa tecnologia em 22 estados**. Isso significa que os clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 88,2% do seu tempo conectado, um desempenho superior em ~9 p.p. em relação a segunda colocada. Além disso, a Companhia manteve-se também como a operadora que **oferece a melhor experiência de cobertura 4G**, que analisa os locais onde os clientes recebem sinal de rede em comparação com outras operadoras – *score* de 6,3 pontos.

Disponibilidade 4G

(% | Jul-20)

**Experiência de Cobertura 4G**

(0-10 pontos | Jul-20)



¹ Notícia publicada em 23/jul/2020.

Comentário de Desempenho

Em tempos difíceis, a TIM reforça ainda mais seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir a melhor experiência de uso e atendendo as necessidades de seus clientes. Mais do que nunca precisamos estar conectados, e pensando nisso, a companhia manteve seu foco de investir de forma estratégica na expansão e melhoria da infraestrutura de sua rede, pilar fundamental de nosso plano de negócios.

Com isso, no trimestre, aproximadamente 90% do Capex foi dedicado a projetos de infraestrutura (Rede + TI), alocados de forma eficiente através da utilização de ferramentas analíticas. Entre as iniciativas mais importantes estão:

- Expansão da rede de fibra ótica (*backbone, backhaul* e FTTH);
- Densificação de sites;
- Agregação de portadoras;
- *Refarming* de frequência;
- Acordos de compartilhamento e na rede de transporte.

Dentre as principais ações e projetos em andamento focados na modernização, eficiência e aprimoramento da nossa infraestrutura, destacamos:

- Instalação de múltiplos data centers buscando melhorar a experiência, sendo 14 DCC (Data Center Core) e 13 DCE (Data Center Edge) – total de 27 ao final do 2T20;
- Expansão do **VoLTE, disponibilizado para 3.495 cidades;**
- Ampliação do **refarming da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 309 cidades;**
- Expansão da capacidade de rede através da solução **Massive MIMO;**
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Expansão da **cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;**
- Aprovação do acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo;
- Consolidação da rede **NB-IoT, presente em mais de 3.356 municípios**, possibilitando a criação de soluções *IoT* não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
Cidades 4G	3.517	3.321	5,9%	3.506	0,3%	3.517	3.321	5,9%
das quais 700 Mhz habilitadas	2.640	1.548	70,5%	2.436	8,4%	2.640	1.548	70,5%
das quais VoLTE habilitadas	3.495	3.235	8,0%	3.459	1,0%	3.495	3.235	8,0%
População Urbana Coberta (4G)	94%	93%	0,8p.p.	94%	0,0p.p.	94%	93%	0,8p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	85%	68%	17,0p.p.	82%	3,0p.p.	85%	68%	17,0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	93%	91%	2,1p.p.	93%	0,0p.p.	93%	91%	2,1p.p.
Cidades 3G	3.287	3.195	2,9%	3.285	0,1%	3.287	3.195	2,9%
População Urbana Coberta (3G)	92%	92%	0,1p.p.	92%	0,0p.p.	92%	92%	0,1p.p.

Mais uma vez, a **TIM garante sua liderança em cobertura 4G, atingindo 3.517 cidades (94% da população urbana do país)** ao final do primeiro semestre de 2020. O crescimento de 29% A/A nos elementos de rede desta tecnologia reforça o compromisso da companhia com a evolução da qualidade e capacidade da infraestrutura da rede móvel. Como resultado, **o tráfego de dados no 4G representou 87% do total no 2T20**, alta de 5 p.p. em comparação ao mesmo período de 2019.

A expansão da cobertura da banda larga fixa também continua demonstrando evolução positiva, atingindo no segundo trimestre do ano 2,8 milhão de domicílios com FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,6 milhões – totalizando 5,7 milhões de domicílios em 27 cidades e mais o Distrito Federal (FTTH + FTTC). No 2T20, o FTTH iniciou atividades comerciais na cidade de Contagem (MG) e ingressou em Brasília, no Distrito Federal².

² (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA),

Comentário do Desempenho

Como resultado dessa estratégia, a **TIM Live ultrapassou a importante marca de 600 mil clientes neste trimestre.**

Na infraestrutura de transporte, **a TIM alcançou um total de 21.673 sites no 2T20**, sendo 82% dessas unidades conectadas através de *backhaul* de alta capacidade. Com isso, atingiu **mais de 104 mil km com a fibra ótica** para backbone e backhaul, um avanço de 12,6% A/A.

Por fim, com um **alcance de 1.652 *Biosites* ativos ao final do 2T20**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

Comentário do Desempenho

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Comentário do Desempenho

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2T20	2T19	%A/A	1T20	%T/T	6M20	6M19	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	52.031	54.972	-5,3%	52.826	-1,5%	52.031	54.972	-5,3%
Pré-Pago	30.713	33.648	-8,7%	31.153	-1,4%	30.713	33.648	-8,7%
Pós-Pago	21.318	21.324	0,0%	21.673	-1,6%	21.318	21.324	0,0%
Base de Usuários 4G ('000)	38.632	36.430	6,0%	38.620	0,0%	38.632	36.430	6,0%
Market share	23,2%	24,1%	-0,9p.p.	23,3%	-0,1p.p.	23,2%	24,1%	-0,9p.p.
Pré-Pago	27,1%	27,2%	0,0p.p.	27,3%	-0,2p.p.	27,1%	27,2%	0,0p.p.
Pós-Pago	19,2%	20,4%	-1,2p.p.	19,3%	-0,1p.p.	19,2%	20,4%	-1,2p.p.
Adições Brutas ('000)	5.190	6.213	-16,5%	5.357	-3,1%	10.548	11.839	-10,9%
Adições Líquidas ('000)	(794)	(111)	613,2%	(1.621)	-51,0%	(2.415)	(951)	154,0%
Churn Mensal (%)	3,8%	3,8%	0,0p.p.	4,3%	-0,5p.p.	4,1%	3,9%	0,2p.p.
ARPU Móvel (R\$)	23,4	23,2	0,9%	23,9	-2,2%	23,6	23,0	2,9%
Pré-Pago	11,4	11,6	-1,4%	12,1	-5,6%	11,8	11,6	1,6%
Pós-Pago	36,0	37,1	-3,0%	37,2	-3,2%	36,6	37,6	-2,8%
Pós-Pago (ex-M2M)	43,3	42,8	1,2%	44,5	-2,6%	43,9	42,7	2,8%
SAC/Adições Brutas (R\$)	35	51	-30,6%	60	-40,5%	48	57	-15,8%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	1.037	1.006	3,1%	1.101	-5,8%	1.037	1.006	3,1%
Base de Clientes TIM Live ('000)	606	507	19,6%	584	3,7%	606	507	19,6%
ARPU TIM Live (R\$)	83,9	78,0	7,6%	84,5	-0,6%	84,2	78,8	6,9%
Aparelhos Vendidos ('000)	88	244	-64,0%	174	-49,4%	261	490	-46,6%
Colaboradores	9.608	9.414	2,1%	9.588	0,2%	9.608	9.414	2,1%

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha 66,58% do capital social da TIM Participações em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Companhia, em conjunto com sua controlada (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

CVM Aprova pedido de Registro categoria 'A' da TIM S.A

Em 18 de março de 2020, a TIM PARTICIPAÇÕES SA e sua subsidiária integral, TIM SA, após o Fato Relevante publicado em 28 de outubro de 2019, comunicam aos seus acionistas, ao mercado em geral e às demais partes interessadas que a TIM S.A. que recebeu em 17 de março de 2020, Ofício-RIC nº 4/2020 / CVM / SEP informando sobre a concessão do registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM (sem oferta de valores mobiliários), conforme Instrução CVM 480/09.

A Companhia e a TIM S.A. salientam que não houve pedido de registro de uma Oferta de Valores Mobiliários, motivo pelo qual esta comunicação não deve ser considerada uma oferta pública de ações ou outros valores mobiliários da Companhia ou da TSA. A única companhia listada em bolsa de valores permanece sendo a TPAR, que detém 100% do capital da TSA.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

A Companhia detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão

Notas Explicativas

consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, uma vez que essa norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Notas Explicativas

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de julho de 2020.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 30

Notas Explicativas

de junho de 2020.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia.

Impactos COVID - 19

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, Coronavírus 2019 (COVID-19), começou na China continental e, desde o início de 2020, o vírus se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica, que por sua vez pode ter implicações nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia. Embora o COVID-19 já existisse em 31 de dezembro de 2019, a gravidade do vírus e as respostas ao surto podem ter um impacto nas operações da entidade ocorridas no Brasil após 16 de março de 2020.

A Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar como uma empresa em andamento. A Companhia apresenta uma infraestrutura robusta e faz parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Não há indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia

Notas Explicativas

não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências, está monitorando a evolução da situação e avaliando de perto o impacto do COVID-19 em seus negócios.

A pandemia do COVID-19 e seu potencial impacto na atividade comercial geral e na economia global podem reduzir a demanda de nossos clientes por planos ou serviços mais caros (por exemplo, *roaming*) ou até levar a cancelamentos de planos ou aumento da inadimplência, enquanto podem levar a interrupções em nossa cadeia logística, na produção ou entrega de nossos fornecedores ou em nossa capacidade de entregar nossos produtos (como novos dispositivos ou cartões SIM) ou de atender nossa rede em tempo hábil, o que pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados das operações. No momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações. Nos meses de junho as lojas retornaram com as atividades com impacto positivo nas vendas de aparelhos. Até o momento, os impactos em nossos negócios ou nossas metas financeiras em função da pandemia não foram significativos, no entanto, ainda estamos avaliando as respostas governamentais a elas, materialmente uma prolongada desaceleração nas condições econômicas locais, regionais ou globais, pode vir a afetar os negócios da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) *Arrendamento mercantil*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida da subsidiária). As taxas incrementais de juros média da Companhia são de 10,14% para um prazo de contrato de arrendamento médio conforme descrito na nota 16.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
Caixa e bancos	231	61	173.900	101.928
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	28.475	701	2.900.536	2.182.882
	<u>28.706</u>	<u>762</u>	<u>3.074.436</u>	<u>2.284.810</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 100,95% (99,95% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
FUNCINE (3)	3.954	3.849
Fundo Soberano (4)	8.232	7.329
FIC: (1)		
Títulos Públicos	35.642	179.390
Operações compromissadas (2)	114.035	216.196
Letra Financeira	22.841	105.857
Outros (5)	74.521	145.707
	<u>259.225</u>	<u>658.328</u>
Parcela circulante	<u>(255.271)</u>	<u>(654.479)</u>
Parcela não circulante	3.954	3.849

Notas Explicativas

(¹) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2020 dos FIC's foi de 80,42% (99,67% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(³) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões, em períodos subsequentes foram feitos outros investimentos no montante de R\$ 2,4 milhões (2018) e R\$ 2,2 milhões (2019). A remuneração média em 2020 é de -5,94% (9,18% em 31 de dezembro de 2019). A posição em 30 de junho de 2020 de R\$ 3.954 é líquida de bloqueios.

(⁴) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2020 é de 95,33% (97,62% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(⁵) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

A controladora possui R\$377 aplicados em cotas do FIC (R\$12.167 em 31 de dezembro de 2019).

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A parcela não circulante inclui o valor de R\$34.320 (R\$68.639 em 31 de dezembro de 2019) referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,15%.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
Contas a receber de clientes	3.031.235	3.287.855
Contas a receber bruta	3.790.457	4.061.932
Serviços faturados	1.986.969	2.076.569
Serviços a faturar ("unbilled")	772.699	858.418
Uso de rede	470.133	438.168
Venda de mercadorias	547.602	670.573
Ativo contratual (nota 23)	11.316	15.142
Outras contas a receber	1.738	3.062
Perdas por crédito de liquidação esperada	(759.222)	(774.077)
Parcela circulante	(2.890.962)	(3.184.780)
Parcela não circulante	140.273	103.075

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	774.077	686.928
Constituição de provisão	347.455	748.291
Baixas de Provisão	(362.310)	(661.142)
Saldo Final	759.222	774.077

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
Total	3.790.457	4.061.932
A vencer	2.588.263	2.576.307
Vencidos até 30 dias	270.120	328.457
Vencidos até 60 dias	110.639	146.200
Vencidos até 90 dias	98.841	149.852
Vencidos a mais de 90 dias	722.594	861.116

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

Notas Explicativas

		Consolidado
	06/2020	12/2019
Total Estoques	203.741	203.278
Estoques	216.916	214.889
Aparelhos celulares e tablets	149.932	146.295
Acessórios e cartões pré-pagos	58.439	61.436
TIM chips	8.545	7.158
Perdas para ajuste ao valor de realização	(13.175)	(11.611)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

		Consolidado
	06/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.232.021	1.243.633
ICMS	1.189.294	1.201.502
Outros	42.727	42.131
Parcela circulante	(403.484)	(420.284)
Parcela não circulante	828.537	823.349

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

As principais variações foram: (i) queda sobre as aquisições de ativo imobilizado e; (ii) aumento em patrocínios culturais e esportivos, onde abatemos o ICMS mensalmente respeitando a limitação exigida pelo Estado.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	28.500	28.383	3.419.211	3.762.800
Imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	305.887	428.443
PIS / COFINS (ii)	-	-	3.009.295	3.244.549
Outros	28.500	28.383	104.029	89.808
Parcela circulante	(28.500)	(28.383)	(1.017.150)	(1.395.193)
Parcela não circulante	-	-	2.402.061	2.367.607

Notas Explicativas

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento do exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos dentro do prazo prescricional de até 5 anos.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Em junho de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores, foi registrado o montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A., incorporada pela TIM S.A. em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em junho de 2020, após utilização de parte do estoque de créditos, no total de R\$ 361 milhões, encontram-se registrados os montantes de R\$ 2.595 milhões relacionados à TIM Celular S.A. e R\$ 150 milhões relacionados à antiga Intelig Telecomunicações Ltda..

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos

Notas Explicativas

correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	784.514	800.711
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	17.408	18.931	304.689	295.853
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	267.527	271.611
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	6.211	7.182
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	53.569	53.569	54.387	56.208
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	28.434	27.434
Provisão para participação dos empregados	135	165	21.264	23.704
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(136.658)	(13.139)
Juros capitalizados 4G	-	-	(277.196)	(291.783)
Custo atribuído – TIM S.A.	-	-	(60.594)	(67.748)
Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS	-	-	(1.035.146)	(1.023.928)
Ajustes norma IFRS16			264.222	209.234
Depreciação acelerada (1)			(129.308)	-
Outros	-	-	100.376	87.214
	<u>71.112</u>	<u>72.665</u>	<u>(164.900)</u>	<u>24.931</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	(71.112)	(72.665)	(71.112)	(72.665)
	-	-	(236.012)	(47.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo)	-	-	<u>(236.012)</u>	<u>(47.734)</u>

(1) A TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na IN nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um ativo diferido de R\$ 129.308 mil no 2º trimestre de 2020.

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Em decorrência do trânsito em julgado de decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores à TIM Celular S.A (incorporada pela TIM S.A) em processo que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, houve o reconhecimento contábil na competência de junho de 2019 do crédito tributário objeto da discussão no montante de R\$ 2.875 milhões (R\$2.595 milhões em 30 de junho de 2020) , constituído de principal e atualização monetária.

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões (R\$150 milhões em 30 de junho de 2020), valores esses relacionados à própria TIM S.A.

Para fins de tributação de IRPJ e CSLL, a administração da Companhia suportada também por pareceres legais externos, entendeu por diferenci-la até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desta forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R\$ 1.039,7 milhões. O valor atualizado em 30 de junho de 2020 é de R\$1.035,1 milhões.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2019.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2020	2.823
2021	275.425
2022	329.419
2023	176.847
Prejuízos fiscais e base negativa	784.514
Diferenças temporárias	(1.020.526)
Total	(236.012)

A controlada com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A controlada utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$49.725 durante o período findo em 30 de junho de 2020 (R\$91.731 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$132.867 em 30 de junho de 2020 (R\$125.876 em 31 de dezembro de 2019).

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
	266.720	245.524
Propagandas não veiculadas (1)	49.978	854
Aluguéis e seguros	68.607	75.809
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (2)	129.163	158.093
Outros	18.972	10.768
Parcela circulante	(205.643)	(175.868)
Parcela não circulante	61.077	69.656

(1) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(2) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a/ parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
	78.961	87.049	920.735	1.006.899
Cível	7.337	7.203	354.453	355.093
Trabalhista	39.996	38.238	204.783	245.928
Tributário	10.082	1.828	199.413	203.110
Regulatório	-	-	111	111
Penhora Online (*)	21.546	39.780	161.975	202.657

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Notas Explicativas

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$70.115 (R\$ 69.326 em 31 de dezembro de 2019).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais compensados pelos depósitos judiciais correspondentes.

Tributário

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 52.934 (R\$ 73.326 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 8.814 (R\$ 10.342 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 19.022 (R\$ 18.401 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.265 (R\$ 11.173 em 31 de dezembro de 2019).
- (v) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias

Notas Explicativas

no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.867 (R\$ 7.878 em 31 de dezembro de 2019).

- (vi) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.478 (R\$ 3.457 em 31 de dezembro de 2019).
- (vii) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.498 (R\$ 3.471 em 31 de dezembro de 2019).
- (viii) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 58.501 (R\$ 57.943 em 31 de dezembro de 2019).
- (ix) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 14.573 (R\$ 7.984 em 31 de dezembro de 2019).

13. Investimento - Controladora

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

(a) Participação em empresa controlada:

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
	TIM S.A	TIM S.A
Quantidade de ações detidas	422.967.896	42.296.789.606
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	22.652.308	22.209.626
Lucro líquido do período	440.472	3.865.255
Resultado de equivalência patrimonial	440.472	3.865.255
Valor do investimento	22.652.308	22.209.626

Notas Explicativas

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM S.A.
Saldo do investimento em 31 dezembro 2018	19.526.515
Resultado de equivalência patrimonial	3.865.255
Opções de compra de ações	2.791
Complemento de aposentadoria	(1.935)
Juros sobre capital próprio	(1.183.000)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2019	22.209.626
Resultado de equivalência patrimonial	440.472
Opções de compra de ações	2.210
Saldo do investimento em 30 de junho de 2020	22.652.308

Os valores do investimento incluem: (i) o montante de R\$210 milhões referente ao reconhecimento de ágio sobre rentabilidade futura; (ii) R\$89 milhões de mais valia de contingência, registrada líquida de efeito de imposto de renda diferido (R\$ 30 milhões).

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta indicadores de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em dez/19	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em jun/20
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	43.353.099	1.542.540	(138.425)	-	44.757.214
Equipamentos de comutação / transmissão	22.812.029	412	(126.353)	1.830.857	24.516.945
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	42.860	856.449
Aparelhos em comodato	2.489.995	452	(3.461)	74.410	2.561.396
Infraestrutura	6.096.847	-	(1.796)	119.099	6.214.150
Bens de informática	1.721.251	1	(6.141)	41.908	1.757.019
Bens de uso geral	859.505	1	(335)	26.415	885.586
Direito de uso em arrendamentos (i)	6.933.416	506.925	-	-	7.440.341
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	1.034.749	(339)	(2.135.549)	484.534
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(25.740.935)	(1.814.895)	129.447	-	(27.426.383)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.383.561)	(902.776)	120.545	-	(17.165.792)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(36.591)	-	-	(447.158)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(70.677)	745	-	(2.326.795)
Infraestrutura	(3.593.833)	(218.172)	1.682	-	(3.810.323)
Bens de informática	(1.565.309)	(31.270)	6.140	-	(1.590.439)
Bens de uso geral	(590.658)	(23.721)	335	-	(614.044)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(940.144)	(531.688)	-	-	(1.471.832)
<u>Total Imobilizado líquido</u>	17.612.164	(272.355)	(8.978)	-	17.330.831
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(902.364)	(5.808)	1.830.857	7.351.153
Cabos de fibra ótica	403.022	(36.591)	-	42.860	409.291
Aparelhos em comodato	233.132	(70.225)	(2.716)	74.410	234.601
Infraestrutura	2.503.014	(218.172)	(114)	119.099	2.403.827
Bens de informática	155.942	(31.269)	(1)	41.908	166.580
Bens de uso geral	268.847	(23.720)	-	26.415	271.542
Direito de uso em arrendamentos (i)	5.993.272	(24.763)	-	-	5.968.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	1.034.749	(339)	(2.135.549)	484.534

Notas Explicativas

Consolidado

	Saldo em dez/18	Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações	Saldo em dez/19
Total do Custo do Imobilizado Bruto	33.832.803	5.256.114	4.855.684	(183.384)	-	(408.118)	43.353.099
Equipamentos de comutação / transmissão	20.806.249	-	17.662	(133.789)	2.121.907	-	22.812.029
Cabos de fibra ótica	762.175	-	-	-	51.414	-	813.589
Aparelhos em comodato	2.313.945	-	519	(20.194)	195.725	-	2.489.995
Infraestrutura	6.133.810	-	-	(18.684)	294.851	(313.130)	6.096.847
Bens de informática	1.679.328	-	-	(9.366)	51.289	-	1.721.251
Bens de uso geral	796.839	-	-	(623)	63.289	-	859.505
Direito de uso em arrendamentos (i)	-	5.256.114	1.772.290	-	-	(94.988)	6.933.416
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	3.065.213	(728)	(2.778.475)	-	1.585.673
Total Depreciação Acumulada	(22.629.181)	-	(3.262.726)	150.972	-	-	(25.740.935)
Equipamentos de comutação / transmissão	(14.936.069)	-	(1.577.490)	129.998	-	-	(16.383.561)
Cabos de fibra ótica	(345.532)	-	(65.035)	-	-	-	(410.567)
Aparelhos em comodato	(2.132.227)	-	(131.341)	6.705	-	-	(2.256.863)
Infraestrutura	(3.157.890)	-	(440.224)	4.281	-	-	(3.593.833)
Bens de informática	(1.512.114)	-	(62.561)	9.366	-	-	(1.565.309)
Bens de uso geral	(545.349)	-	(45.931)	622	-	-	(590.658)
Direito de uso em arrendamentos (i)	-	-	(940.144)	-	-	-	(940.144)
Total Imobilizado líquido	11.203.622	5.256.114	1.592.958	(32.412)	-	(408.118)	17.612.164
Equipamentos de comutação / transmissão	5.870.180	-	(1.559.828)	(3.791)	2.121.907	-	6.428.468
Cabos de fibra ótica	416.643	-	(65.035)	-	51.414	-	403.022
Aparelhos em comodato	181.718	-	(130.822)	(13.489)	195.725	-	233.132
Infraestrutura	2.975.920	-	(440.224)	(14.403)	294.851	(313.130)	2.503.014
Bens de informática	167.214	-	(62.561)	-	51.289	-	155.942
Bens de uso geral	251.490	-	(45.931)	(1)	63.289	-	268.847
Direito de uso em arrendamentos (i)	-	5.256.114	832.146	-	-	(94.988)	5.993.272
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	3.065.213	(728)	(2.778.475)	-	1.585.673

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(i) Representado pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Basicamente referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, veículos, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Veículos	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.172.142	6.988	479.472	1.539.913	794.757	5.993.272
Adições no período, líquidas de cancelamento	220.840	4.717	80.315	122.768	78.285	506.925
Depreciação	(206.476)	(2.794)	(54.990)	(97.001)	(170.427)	(531.688)
Saldos em 30 de junho de 2020	3.186.506	8.911	504.797	1.565.680	702.615	5.968.509
Vida útil - %	11,99	43,17	15,03	11,17	31,37	

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2019, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos para aquisição da licença 4G e limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida até setembro/19, quando o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

Notas Explicativas

(a) Movimentação do intangível

Consolidado					
	Saldo em dez/19	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em jun/20
Total Custo do Intangível Bruto	30.229.359	541.050	(658)	-	30.769.751
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	(656)	499.952	18.683.678
Autorizações	9.811.793	18.859	-	35.597	9.866.249
Ágio	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.328	-	-	-	169.328
Outros ativos	327.362	-	-	552	327.914
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	522.191	(2)	(536.101)	195.363
Total Amortização Acumulada	(20.561.033)	(943.030)	656	-	(21.503.407)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	(659.809)	656	-	(15.752.319)
Autorizações	(5.278.413)	(266.788)	-	-	(5.545.201)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	(3.881)	-	-	(64.085)
Outros ativos	(129.250)	(12.552)	-	-	(141.802)
Total Intangível Líquido	9.668.326	(401.980)	(2)	-	9.266.344
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	(659.809)	-	499.952	2.931.359
Autorizações (f)	4.533.380	(247.929)	-	35.597	4.321.048
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.124	(3.881)	-	-	105.243
Outros ativos	198.112	(12.552)	-	552	186.112
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	522.191	(2)	(536.101)	195.363

Consolidado					
	Saldo em dez/18	Adições/ Amortização	Transferências	Outros movimentações	Saldo em dez/19
Total Custo do Intangível Bruto	29.366.779	961.213	-	(98.633)	30.229.359
Direito de uso de softwares	17.142.641	-	1.041.741	-	18.184.382
Autorizações	7.638.970	26.968	2.255.625	(109.770)	9.811.793
Ágio	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	(28.874)	169.328
Outros ativos	307.654	-	19.708	-	327.362
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.093	934.245	(3.317.074)	40.011	209.275
Total Amortização Acumulada	(18.684.775)	(1.876.258)	-	-	(20.561.033)
Direito de uso de softwares	(13.681.086)	(1.412.080)	-	-	(15.093.166)
Autorizações	(4.845.642)	(432.771)	-	-	(5.278.413)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(52.441)	(7.763)	-	-	(60.204)
Outros ativos	(105.606)	(23.644)	-	-	(129.250)
Total Intangível Líquido	10.682.004	(915.045)	-	(98.633)	9.668.326
Direito de uso de softwares (c)	3.461.555	(1.412.080)	1.041.741	-	3.091.216
Autorizações	2.793.328	(405.803)	2.255.625	(109.770)	4.533.380
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	145.761	(7.763)	-	(28.874)	109.124
Outros ativos	202.048	(23.644)	19.708	-	198.112
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.093	934.245	(3.317.074)	40.011	209.275

Notas Explicativas

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$ 210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada TIM S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$ 157.556.

Notas Explicativas

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e, portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Em 2019 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a TIM Participações como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

No caso da TIM Participações seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMP3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da

Notas Explicativas

faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em setembro de 2019, o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38.375

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor. A controlada reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
LT Amazonas	154.761	156.378
	154.761	156.378
Parcela circulante	(5.978)	(4.931)
Parcela não circulante	148.783	151.447

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A.. Nestes acordos, a controlada e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela controlada é de R\$ 305.038 (R\$ 316.641 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2021	23.206	5.978
Julho de 2021 a junho de 2025	92.826	28.077
Julho de 2025 em diante	189.006	120.706
	<u>305.038</u>	<u>154.761</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 154.761 (R\$ 156.378 em 31 de dezembro de 2019) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros.

Passivo

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
LT Amazonas (i)	273.684	276.233
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.182.719	1.192.596
Outros (iv)	109.232	115.973
Sub-total	<u>1.565.635</u>	<u>1.584.802</u>
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamento mercantil - Rede	3.352.866	3.294.261
Arrendamento mercantil - Veículos	4.970	3.005
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	282.472	255.857
Arrendamento mercantil - Imóveis	258.644	243.921
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.652.003	1.600.456
Arrendamento mercantil - Fibra	715.098	798.568
Sub-total pela adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2)	<u>6.266.053</u>	<u>6.196.068</u>
Total	<u>7.831.688</u>	<u>7.780.870</u>
Parcela circulante	<u>(867.212)</u>	<u>(873.068)</u>
Parcela não circulante	<u>6.964.476</u>	<u>6.907.802</u>

O montante de juros pagos no período findo em 30 de junho de 2020 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$ 295.100.

A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 36.

i) LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos

Notas Explicativas

preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2021	44.079	11.864
Julho de 2021 a junho de 2025	176.315	45.161
Julho de 2025 em diante	359.122	216.659
	<u>579.516</u>	<u>273.684</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 579.516. Seu valor presente é de R\$ 273.684, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$ 70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela controlada e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

ii) Venda e leaseback das Torres

A controlada celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (Master Lease Agreement – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sale and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

Notas Explicativas

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2021	187.720	27.756
Julho de 2021 a junho de 2025	750.881	137.106
Julho de 2025 em diante	1.944.832	1.025.761
	<u>2.883.433</u>	<u>1.190.623</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 2.883.433. Seu valor presente é de R\$ 1.190.623 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até junho de 2021	Julho de 2021 a junho de 2025	Julho de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.357.099	4.302.303	3.602.952	9.262.354	6.266.053
Arrendamento mercantil - rede	643.669	2.313.387	2.077.719	5.034.775	3.352.866
Arrendamento mercantil - veículos	5.927	3.839	-	9.766	4.970
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	88.002	191.030	46.098	325.130	282.472
Arrendamento mercantil - Imóveis	54.745	189.712	157.376	401.833	258.644
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	307.584	1.054.184	1.321.759	2.683.527	1.652.003
Arrendamento mercantil - Fibra	257.172	550.151	-	807.323	715.098

O valor presente, principal e de juros em 30 de junho de 2020 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 10,14%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 30 de junho de 2020 é de R\$17.243 (R\$28.816 em 30 de junho de 2019).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil em torres de transmissão.

Notas Explicativas

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel, considerando o início do seu pagamento postergado para 31 de agosto de 2020 (nota 21).

Em 30 de junho de 2020, esse crédito é de R\$ 52.228 (R\$ 33.090 em 31 de dezembro de 2019).

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
	3.538	6.987	2.068.786	3.923.035
Moeda nacional	2.871	6.624	1.827.972	3.769.298
Fornecedores de materiais e serviços (a)	2.871	6.624	1.712.793	3.667.152
Interconexão (b)	-	-	83.352	67.396
Roaming (c)	-	-	1.294	441
Co-billing (d)	-	-	30.533	34.309
Moeda estrangeira	667	363	240.814	153.737
Fornecedores de materiais e serviços (a)	667	363	182.985	116.057
Roaming (c)	-	-	57.829	37.680
Parcela Circulante	3.538	6.987	2.068.786	3.923.035

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

19. Autorizações a pagar

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
Renovação de autorizações (i)	176.392	199.363
Dívida ANATEL atualizada (ii)	132.099	126.974
	<u>308.491</u>	<u>326.337</u>
Parcela circulante	(62.768)	(88.614)
Parcela não circulante	<u>245.723</u>	<u>237.723</u>

- (i) Para prestação do SMP, a controlada obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2020, a controlada possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 176.392 (R\$ 199.363 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a controlada distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 132 milhões em 30 de junho de 2020) o qual ainda está pendente de julgamento.

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de junho de 2020, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

Notas Explicativas

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>jun/20</u>	<u>dez/19</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 2,52% a.a.	jul/22	-	240.008
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	jul/22	-	374.461
BNDES (PSI) (1)	R\$	3,50% a.a.	jan/21	-	18.071
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	407.781	330.217
Debentures (2)	BRL	104,1% CDI	jul/20	1.016.362	1.025.965
Cisco Capital (3)	USD	2.50% a.a.	dez/20	27.418	40.366
BAML (3)	EUR	0,279% a.a.	ago/21	550.796	-
Scotia (2)	USD	1,241% a 1,734% a.a.	abr/21 a ago/21	1.086.092	-
Total				3.088.449	2.029.088
Parcela circulante				(1.740.588)	(1.384.180)
Parcela nao circulante				1.347.861	644.908

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
 (2) Aval da controladora TIM Participações.
 (3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2020.

Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a controlada realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até agosto de 2020. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito "B" deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de IPCA mais juros de até 2,99% ao ano e sua disponibilidade se estende até março de 2021, sem quaisquer obrigações de desembolso.

Em janeiro de 2020, foi contratada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. como credor e a TIM S.A., como mutuário, uma nova linha de crédito no valor principal de R\$ 752 milhões, garantidos por fianças e recebíveis. O acordo tem um prazo total de 8 anos, sendo 3 de carência e 5 de amortização, para subsidiar o plano de capex da empresa para os próximos 3 anos (2020-2022) na região Nordeste.

Notas Explicativas

A Linha de Crédito é dividida em duas parcelas sendo: i) R\$325 milhões a IPCA + 1,44% a.a. ou IPCA +1,22% considerando 15% de bônus de conformidade; e ii) R\$427 milhões a IPCA + 1,76% a.a. ou IPCA +1,48% considerando 15% de bônus de conformidade. Desembolso em parcelas previstas para 2020, 2021 e 2022.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 30 de junho 2020
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Ago/20	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Ago/20	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/21	390.000	390.000	-
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R\$:				2.252.479	2.252.479	-

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.
- (iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Como resultado da estratégia de gestão mais eficiente de empréstimos e financiamentos, em fevereiro de 2020 a Companhia pré-pagou sua dívida total com o BNDES com custo de 171% do CDI, substituindo-a por novos empréstimos com o Bank of America Merrill Lynch e o The Bank of Nova Scotia, com custo médio de 108,3% do CDI.

Em 20 de abril desembolsamos junto ao The Bank of Nova Scotia novo empréstimo de R\$ 574,2 milhões, com custo de 155% do CDI e prazo de 1 ano, que visa fortalecer o caixa durante o período de crise gerado pela pandemia.

Em 22 de maio, a Companhia fechou uma nova operação de empréstimo com o Banco BNP Paribas no valor de R\$ 426 milhões com custo de 155% do CDI e prazo de 1,5 ano. O desembolso ocorreu em 15 de julho e tem como objetivo fortalecer o caixa durante o período de crise gerada pela pandemia.

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano e euro em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*” (vide nota 36).

Os empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2020 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Notas Explicativas

	Consolidado
2021	1.120.312
2022	91.203
2023	45.877
2024	75.939
2025	14.530
	1.347.861

O valor nominal dos empréstimos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2020	1.093.256
2021	1.722.316
2022	90.834
2023	45.697
2024	107.353
2025	28.993
	3.088.449

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto a Cisco e ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia e Bank of America, considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de junho são, respectivamente R\$ 1.085.431 e R\$ 27.246.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	598	530	836.424	466.603
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	351.736	377.105
Impostos e Taxas ANATEL (1)	-	-	415.378	22.009
Imposto sobre Serviço - ISS	593	525	62.110	61.673
Outros	5	5	7.200	5.816
Parcela circulante	(598)	(530)	(833.360)	(463.606)
Parcela não circulante	-	-	3.064	2.997

Notas Explicativas

(1) A taxa Fistel, referente ao exercício de 2020, teve o início do seu pagamento postergado para 31 de agosto de 2020, com base na Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020.

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a	86	25.816	290.998	508.615
Imposto de renda e contribuição social	-	-	215.665	346.097
PIS / COFINS	46	25.813	43.699	130.327
Outros (*)	40	3	31.634	32.191
Parcela circulante	(86)	(25.816)	(78.517)	(296.305)
Parcela não circulante	-	-	212.481	212.310

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, a partir de 2009, para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
Receitas diferidas	1.018.837	1.109.112
Serviços a prestar pré-pago (1)	150.044	186.310
Subvenções Governamentais (2)	32.902	42.159
Swap de rede (3)	-	2.713
Receitas antecipadas	12.568	11.651
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	815.969	843.017
Passivo contratual (5)	7.354	23.262
Parcela circulante	(229.314)	(281.930)
Parcela não circulante	789.523	827.182

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Notas Explicativas

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de junho de 2020 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 30 de junho de 2020 e de R\$32.902 (R\$42.159 em 31 de dezembro de 2019). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas.

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(5) Contratos com clientes. Em 30 de junho de 2020, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	06/2020	12/2019
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.086.494	2.413.865
Ativo contratual (nota 6)	11.316	15.142
Passivo contratual	(7.354)	(23.262)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2020	(8.120)
Adições	2.256
Baixas	9.826
Saldo em 30 de junho de 2020	3.962

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2020	2021	2022
Ativo (passivo) contratual	6.164	(1.867)	(335)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15 / CPC 47, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são

Notas Explicativas

objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
Provisão para processos judiciais e administrativos	49.182	47.423	877.966	840.637
Cível (a)	-	-	259.568	212.702
Trabalhistas (b)	46.437	44.745	235.345	261.837
Tributária (c)	2.745	2.678	353.586	333.717
Regulatória (d)	-	-	29.467	32.381

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-19	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	jun-20
	840.637	164.131	(209.913)	83.111	877.966
Cível (a)	212.702	117.257	(113.491)	43.100	259.568
Trabalhistas (b)	261.837	35.924	(92.411)	29.995	235.345
Tributária (c)	333.717	13.816	(3.939)	9.992	353.586
Regulatória (d)	32.381	(2.866)	(72)	24	29.467

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$143.829 (R\$ 135.290 em 31 de dezembro de 2019) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$55.970 (R\$31.221 em 31 de dezembro 2019).

Notas Explicativas

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$19.854 (R\$ 12.812 em 31 de dezembro de 2019).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$37.929 (R\$31.539 em 31 de dezembro de 2019).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$580 (R\$ 498 em 31 de dezembro de 2019).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.406 (R\$ 1.342 em 31 de dezembro de 2019).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.628 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2020 (2.408 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 226.477 atualizado monetariamente (R\$ 252.968 em 31 de dezembro de 2019).

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 30 de junho de 2020, o provisionamento destas causas totaliza R\$ 46.503 atualizado monetariamente (R\$ 57.859 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

c. Processos tributários

	06/2020	12/2019
Tributos Federais	164.804	155.495
Tributos Estaduais	104.623	93.790
Tributos Municipais	8.320	8.227
Processos TIM S.A (Purchase price allocation)	75.839	76.205
	353.586	333.717

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- a. A provisão para a TIM S.A. suporta cinquenta e um processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 8.321 (R\$ 9.560 em 31 de dezembro de 2019), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.716 (R\$ 14.564 em 31 de dezembro de 2019).
- b. A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 38.365 (R\$ 37.977 em 31 de dezembro de 2019).
- c. Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 58.674 (R\$ 58.116 em 31 de dezembro de 2019).
- d. Em junho/2020, a empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado para junho/2020 é de R\$ 5.275 (sem correspondente em dezembro/2019).

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta cinquenta e seis processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 36.229 (R\$ 23.558 em 31 de dezembro de 2019), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.100 (R\$ 5.037 em 31 de dezembro de 2019), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.646 (R\$ 15.460 em 31 de dezembro de 2019), (iv) lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 10.977 (R\$ 10.826 em 31 de dezembro de 2019) e (v) subsídios para handset, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 8.723 (R\$ 8.644 em 31 de dezembro de 2019).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$ 75.839 (R\$ 76.205 em 31 de dezembro de 2019).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2020, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 29.467 (R\$ 32.381 em 31 de dezembro de 2019).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
	17.832.235	18.395.727
Cível (e.1)	1.104.276	1.032.637
Trabalhista e previdenciária (e.2)	402.722	459.020
Tributária (e.3)	16.162.749	16.196.077
Regulatória (e.4)	126.697	707.993

Notas Explicativas

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	06/2020	12/2019
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	287.431	374.860
ANATEL (e.1.2)	229.947	220.526
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	118.774	32.847
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	183.205	180.226
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	144.044	125.201
Outros (e.1.6)	140.875	98.977
	<u>1.104.276</u>	<u>1.032.637</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

Notas Explicativas

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 538 atualizado (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2019) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$ 9.693 em 30 de junho de 2020.

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$ 1.559 atualizado (R\$1.559 em 31 de dezembro de 2019).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.391 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2020 (3.976 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia e sua controlada, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 438.513 atualizado (R\$ 459.020 em 31 de dezembro de 2019).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$ 18.079 atualizado (R\$14.349 em 31 de dezembro de 2019).

Cumpram ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

Notas Explicativas

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
Tributos Federais (e.3.1)	4.291.047	4.279.570
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.187.827	8.221.808
Tributos Municipais (e.3.3)	716.855	703.132
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.967.020	2.991.567
	<u>16.162.749</u>	<u>16.196.077</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.575.531 (R\$ 11.549.274 em 31 de dezembro de 2019) .

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.291.047 em 30 de junho de 2020 (R\$ 4.279.570 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.699.528 (R\$ 2.672.754 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 201.450 (R\$ 203.302 em 31 de dezembro de 2019)
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 67.223 (R\$ 66.164 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a controlada é de R\$ 258.976 (R\$ 256.833 em 31 de dezembro de 2019).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 397.392 (R\$ 427.233 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 30 de junho de 2020 é de R\$ 8.187.827 (R\$ 8.221.808 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

Notas Explicativas

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.053.508 (R\$ 1.053.411 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 489.894 (R\$ 887.637 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 619.165 (R\$ 731.864 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 30 de junho de 2020, o montante na controlada é de R\$ 3.330.593 (R\$ 3.284.473 em 31 de dezembro de 2019).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 133.792 (R\$ 131.057 em 31 de dezembro de 2019).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 508.808 (R\$ 138.684 em 31 de dezembro de 2019).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 203.820 (R\$ 198.505 em 31 de dezembro de 2019).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 182.931 (R\$ 180.920 em 31 de dezembro de 2019).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 255.555 (R\$ 249.659 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 716.855 em 30 de junho de 2020 (R\$ 703.132 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 149.140 (R\$ 147.572 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 382.471 (R\$ 300.669 em 31 de dezembro de 2019).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 123.983 (R\$ 120.503 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.967.020 (R\$ 2.991.567 em 31 de dezembro de 2019). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2020, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 126.697 (R\$ 707.993 em 31 de dezembro de 2019). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” em negociação com a ANATEL.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de

Notas Explicativas

Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui 625.404 ações em Tesouraria (210.527 em 31 de dezembro de 2019), tendo como objetivo o atendimento do Plano de opção de compra de ações (nota 26).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 7 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento de capital via capitalização da reserva de expansão no montante de R\$1.644.013. Esse aumento foi realizado sem emissão de novas ações na proporção dos direitos dos acionistas.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	06/2020	12/2019
Valor líquido integralizado	11.510.311	9.866.298
Valor integralizado	11.557.428	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2020	12/2019
	410.763	410.650
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	30.203	30.090

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

Notas Explicativas

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da TIM S.A (Intelig)

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da TIM S.A, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras (“BR GAAP”), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de sua controlada com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

No período findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 2019, a Companhia realizou a venda de 305.063 e 668.367 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 26). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil médio de R\$16,06 e R\$10,87, respectivamente. Adicionalmente, por meio do Programa de Recompra de Ações lançado em outubro de 2017, a Companhia adquiriu 719.940 em 2020 (210.526 em 2019) ações pelo preço de R\$15,57 e R\$15,22 respectivamente, equivalente a R\$ 11.207 em 2020 (R\$ 3.204 em 2019). Como resultado, o efeito líquido na transação de recompra de ações em tesouraria foi de R\$ 6.307 (R\$ 5.319 em 2019).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Em dezembro de 2019, a Reserva para expansão atingiu o limite definido no estatuto social da Companhia. Em função disso, foi aprovado na última assembleia, em 7 de abril de 2020, o aumento de capital via capitalização da reserva de expansão no montante de R\$1.644.013. Esse aumento foi realizado sem emissão de novas ações na proporção dos direitos dos acionistas.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de junho de 2020 o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivalem a R\$ 1.612.019 (R\$1.612.019 em 31 de dezembro de 2019).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 14 de abril de 2016, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2019
Lucro líquido do exercício	3.622.127
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(194.161)
(-) Constituição da reserva legal	(171.398)
Lucro líquido ajustado	3.256.568
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	814.142
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	995.438
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	995.438
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(149.316)
Total de dividendos e JCP líquidos	846.122
Dividendos por ação (valores expressos em reais), líquidos do IRRF	0,35

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado foi de R\$995.438, sendo R\$ 313.600 pagos ao longo do exercício e o saldo remanescente está registrado no passivo circulante da Companhia e pagos em janeiro de 2020.

O saldo em 30 de junho de 2020 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$46.741.

Dividendos não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os administradores da Companhia se beneficiam do Programa de Incentivo de Longo Prazo da acionista controladora, TIM Participações S.A., que propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho.

Notas Explicativas

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções/ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos *Vestings* de outorgas passadas.

Notas Explicativas

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício de 2020	Concedidas durante o período	Exercidas durante o período (*)	Caducadas durante o período	Vencidas durante o período	Saldo no final do período de 2020
Plano 2018-2020 – 3ª Outorga	796.054	abr/23	R\$ 14,40	796.054	-	-	-	-	796.054
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	930.662	jul/22	R\$ 11,28	897.244	-	-	-	-	897.244
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	abr/21	R\$ 14,41	286.304	-	(105.143)	-	-	181.161
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	419.340	-	(124.277)	-	-	295.063
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	132.848	-	(111.077)	-	-	21.771
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	378.286	-	(69.708)	-	-	308.578
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	20.109.532			2.910.076	-	(410.205)	-	-	2.499.871
Preço médio ponderado do período			R\$ 12,36						

* Os dados de exercício informados para as Outorgas do Plano 2018-2020 já contemplam ações provenientes de: (i) concessão de dividendos, (ii) equivalência de conversão em dinheiro e (iii) variação de performance. Situações previstas em regulamento. O período de concessão considera o mês de deliberação pelo Conselho de Administração.

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA
Outorga 2019	R\$ 11,28	NA	3 anos	NA
Outorga 2020	R\$ 14,40	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.

Notas Explicativas

- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2020, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 4.605 (R\$ 1.264 em 31 de junho de 2019).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Notas Explicativas

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associados ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua revisão de todos os contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que seus pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Antes da adoção da norma, a Companhia reconhecia a receita de cada um dos elementos identificados com base no preço de contrato, sendo o desconto na venda de aparelhos alocado integralmente ao preço do aparelho.

Como consequência da adoção da nova norma, uma parte adicional da receita foi alocada às receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos em relação à prática contábil adotada anteriormente. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial foi reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

Notas Explicativas

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Consolidado	
	06/2020	06/2019
Receita Operacional Líquida	8.202.414	8.453.568
Receita operacional bruta	11.749.970	12.368.135
Receita de serviços	11.415.974	11.764.076
Receita de serviços – Móvel	10.571.398	10.955.793
Receita de serviços – Fixa	844.576	808.283
Venda de mercadorias	333.996	604.059
Deduções da receita bruta	(3.547.556)	(3.914.567)
Impostos incidentes	(2.281.836)	(2.527.749)
Descontos concedidos	(1.260.320)	(1.376.857)
Devoluções e Outros	(5.400)	(9.961)

Notas Explicativas

28. Custos e despesas operacionais

Consolidado								
	06/2020				06/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(3.828.550)	(2.214.607)	(840.043)	(6.883.200)	(3.816.515)	(2.527.353)	(880.092)	(7.223.960)
Pessoal	(27.546)	(298.614)	(174.356)	(500.516)	(27.629)	(312.492)	(228.430)	(568.551)
Serviços de terceiros	(313.427)	(849.348)	(253.346)	(1.416.121)	(302.613)	(1.042.852)	(239.743)	(1.585.208)
Interconexão e meios de conexão	(802.280)	-	-	(802.280)	(744.158)	-	-	(744.158)
Depreciação e amortização	(2.261.609)	(126.182)	(370.182)	(2.757.973)	(2.133.894)	(119.662)	(378.425)	(2.631.981)
Impostos, taxas e contribuições	(14.860)	(367.874)	(13.031)	(395.765)	(14.484)	(404.945)	(7.725)	(427.154)
Aluguéis e seguros	(164.926)	(59.234)	(1.469)	(225.629)	(152.849)	(64.554)	(10.096)	(227.499)
Custo das mercadorias vendidas	(240.930)	-	-	(240.930)	(439.061)	-	-	(439.061)
Publicidade e propaganda	-	(159.632)	-	(159.632)	-	(213.050)	-	(213.050)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(347.455)	-	(347.455)	-	(360.844)	-	(360.844)
Outros	(2.972)	(6.268)	(27.659)	(36.899)	(1.827)	(8.954)	(15.673)	(26.454)

Controladora								
	06/2020				06/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	-	-	(13.255)	(13.255)	-	-	(16.546)	(16.546)
Pessoal	-	-	(6.768)	(6.768)	-	-	(13.617)	(13.617)
Serviços de terceiros	-	-	(5.034)	(5.034)	-	-	(2.445)	(2.445)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1.286)	(1.286)	-	-	(173)	(173)
Aluguéis e seguros	-	-	(10)	(10)	-	-	(8)	(8)
Outros	-	-	(157)	(157)	-	-	(303)	(303)

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Notas Explicativas**29. Outras receitas (despesas), líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	06/2019	06/2020	06/2019
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	9.257	11.342
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	16.416	25.641
Receita na alienação de ativos	-	-	780	879
Outras receitas (i)	3.168	-	31.963	1.749.533
	<u>3.168</u>	<u>-</u>	<u>58.416</u>	<u>1.787.395</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL (ii)	-	-	(65.724)	(67.835)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(318)	(1.357)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(3.192)	(46.458)	(141.541)	(315.756)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(9.022)	(4.362)
Outras despesas	(41)	(45)	(16.373)	(21.253)
	<u>(3.233)</u>	<u>(46.503)</u>	<u>(232.978)</u>	<u>(410.563)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(65)</u>	<u>(46.503)</u>	<u>(174.562)</u>	<u>1.376.832</u>

(i) A variação no consolidado refere-se à atualização dos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporada pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2019, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS. O montante de R\$1.720 milhões foi registrado na rubrica de outras receitas em junho de 2019 (nota 9).

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

Notas Explicativas

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	06/2019	06/2020	06/2019
Receitas financeiras	2.866	856	546.988	1.316.970
Juros sobre aplicações financeiras	653	849	37.302	41.581
Juros de clientes	-	-	14.053	17.647
Juros swap	-	-	12.837	10.238
Juros sobre leasing	-	-	9.986	11.157
Atualização monetária ⁽¹⁾	2.186	-	44.697	1.173.470
Variação cambial	26	7	35.054	36.155
Swap			391.837	23.476
Outras receitas	1	-	1.222	3.246

⁽¹⁾ Em 2019, inclui os valores de R\$1.155.793 de atualização de créditos oriundos de processo judicial da TIM Celular S.A (Incorporada pela TIM S.A) sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota 9).

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	06/2019	06/2020	06/2019
Despesas financeiras	(7.888)	(48.545)	(1.071.228)	(792.992)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(50.989)	(49.222)
Juros sobre impostos e taxas	(28)	(27)	(5.278)	(6.902)
Juros swap	-	-	(21.878)	(12.647)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(379.856)	(407.220)
Atualização monetária	(5.934)	(46.932)	(90.081)	(186.709)
Descontos concedidos	-	-	(13.186)	(16.653)
Variação cambial	(149)	(13)	(424.176)	(62.198)
Outras despesas	(1.777)	(1.573)	(85.784)	(51.441)

Notas Explicativas

32. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	06/2020	06/2019
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(26.092)	(152.301)
Contribuição social do exercício	(10.004)	(56.486)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	26.092	88.087
	(10.004)	(120.700)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(138.440)	(638.224)
Contribuição social diferida	(49.838)	(229.760)
	(188.278)	(867.984)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	400
	(188.278)	(867.584)
	(198.282)	(988.284)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	06/2020	06/2019	06/2020	06/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	422.130	2.138.888	620.412	3.130.418
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(143.524)	(727.222)	(210.940)	(1.064.342)
(Adições) / exclusões:				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(6.192)	(36.445)	(6.192)	(36.445)
Resultado de equivalência patrimonial	149.760	764.873	-	-
Adições, exclusões permanentes:				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(44)	(103)	(11.433)	28.861
Incentivos fiscais	-	-	28.671	88.087
Outros valores	-	2.143	1.612	(4.445)
	143.524	730.468	12.658	76.058
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	-	3.246	(198.282)	(988.284)
Alíquota efetiva	-	-	31,96%	31,57%

- (i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM S.A possui benefícios fiscais (SUDENE/SUDAM) que se enquadram nestas regras.

Notas Explicativas

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	06/2020	06/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	422.130	2.142.134
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.780	2.420.693
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,17	0,88

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	06/2020	06/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	422.130	2.142.134
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.936	2.421.279
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,17	0,88

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 155 milhares de ações (586 milhares de ações em 2019) relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	06/2020	12/2019
Telecom Italia Sparkle (1)	2.663	1.949
TI Sparkle (3)	3.330	2.007
TIM Brasil (4)	6.065	5.429
Gruppo Havas (6)	47.280	-
Outros	1.153	1.035
Total	60.491	10.420

Notas Explicativas

	Passivo	
	06/2020	12/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	144.309	80.825
Telecom Italia Sparkle (1)	11.570	6.531
TI Sparkle (3)	4.978	3.731
TIM Brasil (4)	6.101	6.056
Grupo Vivendi (5)	1.152	1.164
Gruppo Havas (6)	21.731	11.049
Outros	7.996	2.467
Total	197.837	111.823

	Receita	
	06/2020	06/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	830	235
Telecom Italia Sparkle (1)	1.964	3.116
TI Sparkle (3)	2.019	252
Total	4.813	3.603

	Custo/Despesa	
	06/2020	06/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	52.254	45.932
Telecom Italia Sparkle (1)	12.743	15.434
TI Sparkle (3)	9.870	9.343
Grupo Vivendi (5)	1.177	1.320
Gruppo Havas (6)	91.125	144.586
Outros	12.315	8.920
Total	179.484	225.535

(1) Controladora indireta da Companhia. Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale* conforme condições contratuais entre as partes.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e pagamento de royalties.

No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Participações e sua subsidiária o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia. O pagamento é efetuado trimestralmente.

Notas Explicativas

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização conforme condições contratuais entre as partes.

(4) Controlador direto da Companhia. Valores referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(5) Acionista da TIM S.p.A. Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(6) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$84.975 (R\$ 138.404 em 30 de junho de 2019), estão relacionados aos repasses de mídia.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de junho de 2020 a Companhia investiu R\$2.072 (R\$ 2.527 em 30 de junho de 2019) com recursos próprios em benefício social.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	06/2020	06/2019
Benefícios de curto prazo	10.002	13.146
Outros benefícios de longo prazo	1.432	900
Remuneração baseada em ações	2.970	2.912
	<u>14.404</u>	<u>16.958</u>

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e sua controlada destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de sua controlada, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap e opções.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de sua controlada, em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da controlada computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a controlada realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de junho de 2020, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de sua controlada.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada indexados à TJLP, IPCA e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2020 a controlada não possuía nenhuma exposição a TJLP, IPCA e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da controlada, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a controlada possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2020, a controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a controlada realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há

Notas Explicativas

clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em 30 de junho de 2020 e 2019. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

Visando eliminar qualquer risco de liquidez durante a pandemia, a Companhia optou por reforçar o seu caixa em R\$ 1.000.000, através da captação de novos empréstimos com o The Bank of Nova Scotia e o BNP Paribas. O primeiro no valor de R\$ 574.200, captado em abril e o segundo no montante de R\$ 425.800 a ser desembolsado no mês de Julho de 2020.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e sua controlada computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de

Notas Explicativas

reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	06/2020			12/2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	421.513	(13.543)	407.970	46.511	(4.405)	42.106
Parcela circulante	83.583	(13.543)	70.040	16.602	(858)	15.744
Parcela não circulante	337.930	-	337.930	29.909	(3.547)	26.362

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de junho de 2020 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2021	245.798	-
2022	31.913	-
2023 em diante	60.219	-
	337.930	-

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	06/2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	259.225	421.513	680.738
Ativos financeiros ao valor justo	259.225	421.513	680.738
Derivativos usados para hedge	-	421.513	421.513
Títulos e valores mobiliários	259.225	-	259.225
Total do passivo	-	13.543	13.543
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	13.543	13.543
Derivativos usados para hedge	-	13.543	13.543

Notas Explicativas

	12/2019		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	658.328	46.511	704.839
Ativos financeiros ao valor justo	658.328	46.511	704.839
Derivativos usados para hedge	-	46.511	46.511
Títulos e valores mobiliários	658.328	-	658.328
Total do passivo	-	4.405	4.405
Derivativos usados para hedge	-	4.405	4.405

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

30 de junho de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.233.395	680.738	7.914.133
Instrumentos financeiros derivativos	-	421.513	421.513
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.031.235	-	3.031.235
Títulos e valores mobiliários	-	259.225	259.225
Caixa e equivalentes de caixa	3.074.436	-	3.074.436
Arrendamento Mercantil - leasing	154.761	-	154.761
Depósitos judiciais	920.735	-	920.735
Outros valores a compensar	52.228	-	52.228

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	13.035.664	13.543	13.049.207
Empréstimos e Financiamentos	3.088.449	-	3.088.449
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.543	13.543
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.068.786	-	2.068.786
Arrendamento mercantil leasing	7.831.688	-	7.831.688
Dividendos a pagar	46.741	-	46.741

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.769.033	704.839	7.473.872
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.511	46.511
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.287.855	-	3.287.855
Títulos e valores mobiliários	-	658.328	658.328
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.810	-	2.284.810
Arrendamento Mercantil - leasing	156.379	-	156.379
Depósitos judiciais	1.006.899	-	1.006.899
Outros valores a compensar	33.090	-	33.090
	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.310.830	4.405	14.315.235
Empréstimos e Financiamentos	2.029.088	-	2.029.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.405	4.405
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.923.035	-	3.923.035
Arrendamento mercantil leasing	7.780.870	-	7.780.870
Dividendos a pagar	577.837		577.837

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a

Notas Explicativas

ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 30 de junho de 2020, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de junho de 2020

Moeda	CONTRAPARTE			Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	416.562	416.562	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,13% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	JP Morgan	27.418	27.418	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America ¹	550.796	550.828	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank ¹	1.086.093	1.086.887	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI

¹Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2019

Moeda	CONTRAPARTE			Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	330.217	330.217	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	40.366	40.366	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia, para reforço de liquidez frente ao cenário de pandemia, fechou em 22 de maio uma operação de swap a termo ao custo de 155% do CDI para um contrato de empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco BNP Paribas. A nova dívida, no montante de R\$425,8mln, possui data prevista para desembolso em 15 de julho deste ano e vencerá em 15 de janeiro de 2022 (prazo de 1,5 ano). O swap fechado antecipadamente possui o mesmo fluxo de pagamento da dívida para que haja a sua proteção integral. Nesta operação não há risco cambial visto que o dólar de início da operação (Dívida e SWAP) é o mesmo.

Notas Explicativas

Em junho de 2019, a Companhia entrou em uma operação estruturada de opções no montante nominal de USD 15 milhões. A operação protege a companhia de efeitos de variação cambial advindas de seus contratos comerciais em uma faixa de R\$ 5,30/USD a R\$6,00/USD. A operação é constituída por 7 opções no montante de US\$ 2,14 milhões cada e com vencimento de junho a dezembro de 2020. As opções foram adquiridas pelo valor líquido de R\$ 2,57 milhões. Em 30 de junho, o valor das opções marcadas a mercado equivalem a R\$2,75 milhões.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Euro (EUR) e Libor, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, do EUR e da Libor, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário Sensibilidade ao CDI

Descrição	06/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.522.703	2.522.703	2.522.703	2.522.703
A) Δ Variação Acumulada Dívida			-	-
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.522.703	2.522.703	2.522.703	2.522.703
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.118.720)	(2.120.547)
Resultado swap	405.791	405.791	403.983	402.156
B) Δ Variação Acumulado Swap			(1.807)	(3.635)
C) Resultado final (B-A)			(1.807)	(3.635)

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,15%	2,69%	3,23%
USD	5,4760	5,4760	5,4760
EUR	6,1539	6,1539	6,1539
Libor	0,3614%	0,3614%	0,3614%

Notas Explicativas

Cenário Sensibilidade ao USD

Descrição	06/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.522.703	2.522.703	2.906.731	3.290.758
A) Δ Variação Acumulada Dívida			384.027	768.055
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.522.703	2.522.703	2.906.731	3.290.758
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.116.912)
Resultado swap	405.791	405.791	789.818	1.173.846
B) Δ Variação Acumulado Swap			384.027	768.055

C) Resultado final (B-A)

-

-

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,15%	2,15%	2,15%
USD	5,4760	6,8450	8,2140
EUR	6,1539	6,1539	6,1539
Libor	0,3614%	0,3614%	0,3614%

Cenário Sensibilidade ao EUR

Descrição	06/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.522.703	2.522.703	2.659.353	2.796.003
A) Δ Variação Acumulada Dívida			136.650	273.300
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.522.703	2.522.703	2.659.353	2.796.003
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.116.912)
Resultado swap	405.791	405.791	542.441	679.091
B) Δ Variação Acumulado Swap			136.650	273.300

C) Resultado final (B-A)

-

-

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,15%	2,15%	2,15%
USD	5,4760	5,4760	5,4760
EUR	6,1539	7,6924	9,2309
Libor	0,3614%	0,3614%	0,3614%

Notas Explicativas

Cenário Sensibilidade a Libor

Descrição	06/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.522.703	2.522.703	2.523.441	2.524.179
A) Δ Variação Acumulada Dívida	-	-	738	1.475
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.522.703	2.522.703	2.523.441	2.524.179
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.116.912)	(2.116.912)
Resultado swap	405.791	405.791	406.529	407.267
B) Δ Variação Acumulado Swap			738	1.475
C) Resultado final (B-A)			-	-

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,15%	2,69%	3,23%
USD	5,4760	5,4760	5,4760
EUR	6,1539	6,1539	6,1539
Libor	0,3614%	0,3614%	0,3614%

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2020 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Notas Explicativas

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2020
Resultado líquido em operações de USD x CDI	382.978

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.374.200	510.719	(2.570)
Encargos financeiros	70.911	399.273	9.040
Variações cambiais, líquidas	391.834	-	(392.018)
Pagamentos	(777.584)	(859.174)	19.685
30 de junho de 2020	3.088.449	7.831.688	(407.969)

A Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 31 de março de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

Notas Explicativas

37. Planos de pensão com benefício definido e outros benefícios pós-emprego

	06/2020	12/2019
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.782	5.782

ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

38. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais

Notas Explicativas

ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 33.331.157
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 28.521
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Eventos subsequentes

Novas ofertas junto ao C6

Em 26 de março de 2020, a TIM S.A. e o BANCO C6 S.A., denominados "Parceiros", concluíram as negociações relativas a uma parceria estratégica com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais para as bases de clientes dos Parceiros. Pela primeira vez, serviços bancários e de telecomunicações digitais são unidos em uma única proposição. O acordo também prevê a possibilidade de explorar sinergias nos canais de vendas e pagamento, expandindo a distribuição de ofertas e otimizando custos.

As parceiras destacam o caráter inovador do contrato que concluíram, que se concentra em oferecer conveniência por meio da integração de serviços essenciais ao dia a dia dos clientes. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento de base de usuários e maior fidelização de seus clientes. Nesse contexto, a TIM quer se posicionar à frente do mercado, criando um fator de diferenciação competitiva baseado em inovação e oferta de serviços.

Este acordo não cria uma joint venture e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Entretanto, a depender da evolução dos resultados da parceria, a TSA se tornará acionista minoritária do C6, através de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos.

Esta parceria marcou a entrada da operadora no segmento financeiro de uma forma inédita no Brasil, no primeiro esforço conjunto entre uma telco e um banco digital para desenvolver conjuntamente soluções para seus clientes.

Em julho de 2020, foi lançada a primeira oferta em parceria com o Banco C6, com condições especiais para clientes TIM que sejam também clientes C6. Neste primeiro movimento, os clientes do segmento Controle da companhia que abrirem uma conta no banco e realizarem o pagamento de suas faturas através dele receberão o dobro de franquia de internet. Além disso, os clientes Pré-pago da TIM receberão um bônus de 3GB quando realizarem recargas a partir de R\$ 15,00 pelo app do Banco C6. Em contrapartida, o Banco C6 oferecerá aos clientes um cartão de crédito sem anuidade que poderá ser usado para parcelamento de aparelhos em até 18 vezes sem juros nas lojas da TIM. A parceria de caráter inovador oferece grande potencial de geração de valor para

Notas Explicativas

ambas as empresas por meio do crescimento da base de usuários e maior fidelização de seus clientes.

Reestruturação Societária.

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Itália e detinha 66,58% do capital social da TIM Participações em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A TIM S.A. (“TIM” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada integralmente pela TIM Participações S.A. (“TIM Participações”) – uma empresa do Grupo Telecom Itália.

A Companhia presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Os serviços prestados pela Companhia são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), agência reguladora das telecomunicações no país.

A Administração da TIM Participações e sua subsidiária TIM S.A, em reunião realizada em 29 de julho de 2020, aprovou a submissão à assembleia geral da Companhia, a ser realizada no dia 31 de agosto de 2020, da proposta de incorporação da TPAR pela sua subsidiária, TSA (“Incorporação”), permanecendo esta como a companhia listada no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A TIM destaca que o resultado dessa incorporação não acarretará impactos para seus acionistas minoritários, tendo em vista que a TSA permanecerá com a mesma estrutura de administração e de melhores práticas de governança corporativa, bem como trará significativos ganhos de eficiência operacional e financeira

A operação consiste na incorporação da TPAR pela TSA, permanecendo esta como companhia listada na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, no segmento especial de listagem Novo Mercado.

A Incorporação tem como objetivo principal tornar mais eficiente a estrutura operacional e financeira da TIM, por meio da redução de sua estrutura societária, otimizando com isso procedimentos contábeis e fiscais com a consequente redução de despesas operacionais.

Nova linha de empréstimo

Em 15 de julho de 2020, a Companhia, através de sua controlada, desembolsou uma nova linha de empréstimo junto ao Banco BNP Paribas, no montante de R\$426 milhões. A linha foi negociada antecipadamente e corrobora com a abordagem conservadora da Companhia frente aos impactos econômicos gerados pelo COVID-19. Nesta mesma data, também foi realizado o pagamento de R\$1 bilhão referente à primeira emissão de Debêntures da TIM S.A., realizada em janeiro de 2019.

Notas Explicativas

TIM REALIZA PROPOSTA VINCULANTE POR ATIVOS MÓVEIS DA OI EM CONJUNTO COM VIVO E CLARO

Em 18 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma oferta vinculante para a aquisição dos negócios móveis do Grupo Oi pela TIM S.A. (subsidiária integral da TIM Participações S.A.), juntamente com “Vivo” e “Claro” (Ofertantes). Esta oferta vinculante foi sujeita a algumas condições, especialmente à seleção dos Ofertantes como “*stalking horse*” (“primeiro proponente”). A oferta conjunta compreende todos os ativos que constituem a “UPI de Ativos Móveis” descritos nos Fatos Relevantes e Anexos de 15 de junho de 2020, divulgados pela empresa Oi S.A - Em Recuperação Judicial. Em resumo, os principais ativos são: termos de autorização por radiofrequência; base de clientes do Serviço Móvel Pessoal; direito de usar o espaço em edifícios e torres; acesso móvel ou elementos principais da rede; e sistemas/plataformas.

Em 27 de julho, as Ofertantes estenderam sua proposta e revisaram sua condição. A oferta conjunta é composta pelo valor de R \$ 16,5 bilhões e pela possibilidade de assinatura de contratos de longo prazo com o Grupo Oi para uso de infraestrutura. A oferta obrigatória revisada continua sujeita a certas condições, especialmente no que diz respeito à seleção dos Ofertantes como “*stalking horse*”, que garantirá o direito de oferecer valor maior do que eventual proposta apresentada por terceiro (“right to top”) no processo competitivo para a venda dos negócios móveis do Grupo Oi.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), com data-base de 30 de junho de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela EY, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, após exame e discussão de todos os documentos relativos à proposta de incorporação da Companhia por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Incorporadora" e "Incorporação", respectivamente), na forma dos Artigos 223, 224, 225, 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 565/2015, quais sejam: (i) Protocolo e Justificação da Incorporação, celebrado em 29 de julho de 2020 entre as administrações da Companhia e da Incorporadora, contendo os motivos, finalidades, critérios e condições da Incorporação; (ii) Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da Companhia a valor contábil, na data-base de 31 de março de 2020 ("Data-Base"), elaborado pela Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.; (iii) Laudos de Avaliação do Patrimônio Líquido da Companhia e da Incorporadora a Preço de Mercado, na Data-Base, elaborado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda.; (iv) Proposta de Estatuto Social da Incorporadora, devidamente alterado e consolidado; e (v) Informações financeiras pro forma da Incorporadora na Data-Base, refletindo os efeitos da Incorporação como se já tivesse sido consumada, as quais foram submetidas à asseguuração razoável pela EY, bem como as informações e esclarecimentos recebidos, concluíram, por unanimidade, pela regularidade dos documentos examinados, opinando favoravelmente quanto à aprovação dos documentos e a proposta, acima referidos, pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada.

Rio de Janeiro (RJ), 29 de julho de 2020.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2020.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2020.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico